

hepatotoxicidade com Fenitoínaé referido como a Síndrome de Hipersensibilidade Anticonvulsivante (HDS) ou Erupções Cutâneas com Síndrome de Eosinofilia e Sintomas Sistêmicos (DRESS). Outras manifestações podem resultar na Síndrome de Stevens-Johnson, Necrólise Epidérmica Tóxica, anemia aplástica, trombocitopenia, neutropenia, nefrite e pneumonite(SASAKI et al., 2013;LIVERTOX, 2017).

A reação adversa ao medicamento (RAM) é um problema de saúde pública e uma importante causa de morbimortalidade a nível mundial. No caso dos medicamentos antiepilépticos, a presença de RAM pode ser um impedimento de aderência terapêutica e promove a suspensão do medicamento em 25% dos pacientes, impactando na qualidade de vida e no aspecto econômico do paciente(FRICKE-GALINDO et al., 2014).

A atuação do farmacêutico clínico deve ter como objetivo prevenir e resolver os problemas relacionados ao medicamento, caracterizando-se ser um procedimento centrado no bem estar do paciente e não só no medicamento, pois tem como objetivos principais a saúde e o bem estar dos pacientes. Através da Farmacovigilância é possível detectar e monitorar as reações adversas a medicamentos. A lesão hepática induzida por medicamentos é umas das RAMs que podem ser detectadas e notificadas. Quando houver a suspeita de DILI, o farmacêutico deve se responsabilizar por notificar; para isso deve deter o conhecimento e desenvolver habilidades de associar as informações pertinentes de modo a determinar corretamente a causalidade. Lembrando que, é de grande importância o registro da reação adversa mesmo quando este não é grave. A subnotificação destes efeitos distorcem a realidade epidemiológica e as características hepatotóxicas dos medicamentos associados (GONZALEZ; HERDEIRO; FIGUEIRAS, 2006).

O objetivo deste estudo é relatar a importância do reconhecimento precoce da lesão hepática induzida pela Fenitoína, pois o atraso no diagnóstico e na suspensão do medicamento pode resultar no aumento da mortalidade.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Tratou-se de um relato de caso de lesão hepática induzida pelo uso do medicamento anticonvulsivante Fenitoína, que foi notificado como evento adverso pelo setor de Farmacovigilância do Hospital Universitário Regional de Maringá.

## **RELATO DE CASO**

D.S.Z., sexo feminino, 45 anos, residente no interior do Paraná, portadora de HAS, hipotireoidismo e AVC prévio. Apresentou um episódio convulsivo (nega crises prévias) e iniciou tratamento com Fenitoína. Após 10 dias do início do medicamento foi internada com queixas de vômito com escarro amarelado, tosse seca, rash cutâneo, prurido, febre, lesões aftóides orais acompanhada de sangramento e apresentou outras duas crises convulsivas no internamento. A paciente não apresentava fatores de risco para hepatites víricas, história de alcoolismo ou hepatopatia anterior, nem outros antecedentes patológicos relevantes. Os exames laboratoriais apresentaram: Hb: 8; Ht: 27%; Leucócitos: 12600, Plaquetas: 407000, PCR: 6, Bilirrubina: 8,1, Gama GT: 1330, TGO: 377, TGP: 364 e INR: maior que 9,89.

A paciente foi transferida para o Hospital Universitário Regional de Maringá (HUM) no dia 03/11/2016 apresentando descamações grosseiras em todo o corpo com prurido intenso, prurido conjuntival bilateral, lesões aftóides na boca e icterícia +3/+4. Para a investigação etiológica do quadro, foi solicitado sorologia para Hepatites B e C, hantavirose, arbovirose, leptospirose e febre maculosa, que se revelaram negativas, e apresentava TGO: 295; TGP:268; GGT: 2.066, BI: 4,65 e BD: 5,1.O prurido cutâneo foi tratado com Dexclorfeniramina e o prurido conjuntival com Tobramicina com sucesso.

A biópsia hepática não revelou critérios histopatológicos para doenças biliares crônicas, restando assim à possibilidade de estar associado a uma reação tóxico-medicamentosa. Após três dias de internação no HUM, foi suspenso a Fenitoína devido à possibilidade de se tratar de uma farmacodermia ao anticonvulsivante. Após a suspensão do medicamento, a paciente apresentou melhora clínica e laboratorial, recebendo alta hospitalar no dia 30/11/2016 em boas condições, com descamação discreta e fina de extremidades, anictérica, sem prurido, com boa aceitação da dieta, comunicativa e com redução nos níveis de enzimas hepáticas.

## **DISCUSSÃO**

No caso apresentado foi feito o diagnóstico de lesão hepática induzida pela Fenitoína. Tal baseou-se em diversos fatores: biópsia hepática compatível com hepatite aguda, exclusão de outras causas de hepatite aguda como Hepatites B e C, hantavirose, arbovirose, leptospirose, febre maculosa, abuso de álcool e doenças autoimunes, na relação temporal entre a ingestão do fármaco e o início dos sintomas, pois através da análise dos dados do prontuário da paciente, que mostram as datas de início e suspensão da Fenitoína e as datas de aparecimento dos sinais clínicos e laboratoriais de lesão hepática, corrobora a hipótese de reação adversa à Fenitoína.

Existem algoritmos específicos para a identificação de DILI. O Roussel Uclaf Causality Assessment Method (RUCAM) é amplamente utilizado na avaliação de causalidade de lesão hepática induzida por drogas. Este método consiste em determinar se o paciente apresentou DILI em uma escala com sistema de escores em seis eixos, envolvendo: o tempo de início dos sintomas, a duração da doença, fatores de risco, uso concomitante de medicamentos, exclusão de outras causas que não medicamentos, relato prévio de hepatotoxicidade causado pelo medicamento suspeito e a resposta à reexposição ao medicamento. No caso relatado foi realizada a classificação de hepatotoxicidade induzida por medicamentos na escala de RUCAM, classificada na classe de causalidade como definida ou altamente provável, reafirmando o diagnóstico empregado previamente à paciente.

O tratamento da lesão hepática induzida por medicamentos é essencial e de suporte. A suspensão do medicamento suspeito de toxicidade é a primeira medida a ser adotada e é fundamental para prevenir ou minimizar danos progressivos.

## **CONCLUSÃO**

Nos últimos dez anos o estudo da DILI tem merecido destaque em diversos países inclusive na América Latina. No entanto, o Brasil não apresenta estudos farmacoepidemiológicos consistentes. A escassez de dados referindo à frequência e a

ocorrência de DILI no Brasil deve-se, entre outros motivos, a subnotificação da DILI, que é pouco conhecida por muitos profissionais e de difícil diagnóstico.

A detecção precoce da DILI pode reduzir a extensão dos danos causados ao fígado. O farmacêutico clínico, através de ações de Farmacovigilância e Farmácia Clínica deve ficar atento na detecção das reações adversas a medicamentos e na notificação das mesmas refletindo em melhores resultados na terapia do paciente.

## REFERÊNCIAS

BLATT, C.; BECKER, M.; LUNARDELLI, M. *Drug induced liver injury* : What is the clinical pharmacist role ? Rev. Bras. Farm. Hosp. Serv. Saúde São Paulo, p. 31–35, 2016.

FRICKE-GALINDO, I. et al. *Pharmacogenetics of adverse reactions to antiepileptic drugs*. Neurologia, n. xx, 2014.

GONZALEZ, E.; HERDEIRO, M.; FIGUEIRAS, A. *Under-reporting of adverse drug reactions*: A systematic review. Drug Safety, v. 29, n. 5, p. 385–396, 2006.

LIVERTOX. *Clinical and Research Information and Drug-Induced Liver Injury* : Disponível em: <<https://livertox.nlm.nih.gov//Phenytoin.htm>>. Acesso em: 17 de Ago. 2017.

SASAKI, E. et al. *A novel mouse model for phenytoin-induced liver injury*: Involvement of immune-related factors and P450-mediated metabolism. Toxicological Sciences, v. 136, n. 1, p. 250–263, 2013.

## Sessão 9 – Texto 012

# MATEMATICA UMA EXPOSIÇÃO INTERATIVA DE MATEMÁTICA

Área Temática: Educação

**João R. Gerônimo<sup>1</sup>, Patrícia V. V. Salinas<sup>2</sup>, Daniel F. S. Coelho<sup>3</sup>, Higor A. D da Silva<sup>4</sup>, Matheus B. Mercado<sup>5</sup>, Juliana de Sousa<sup>6</sup>, Walker Mendes<sup>7</sup>.**

<sup>1</sup>Professor Doutor Dpto de Matemática – DMA/UEM, contato: jrgeronimo@uem.br

<sup>2</sup>Professora Mestra Dpto de Matemática – DMA/UEM, contato: pvvitor2@uem.br

<sup>3</sup>Aluno do curso de Engenharia Elétrica, bolsista PIBIS/FA-UEM, contato: danielfscoelho@hotmail.com

<sup>4</sup>Aluno do curso de Engenharia Civil, bolsista PIBIS/FA-UEM, contato: higoragusto@gmail.com

<sup>5</sup>Aluno do curso de Engenharia Produção, bolsista PIBIS/FA-UEM, contato: matheus\_barbosa\_mercado@hotmail.com

<sup>6</sup>Aluna do curso de Matemática, bolsista PIBEX/FA-UEM, contato: juliana\_00123@hotmail.com

<sup>7</sup>Aluno do curso de Engenharia Produção, bolsista PIBIS/FA-UEM, contato: Walker.mendes07@gmail.com

**Resumo.** *Este artigo descreve sobre o projeto “Matemática em exposição: Formas, Figuras e Números” para ser apresentado no 15º Fórum de Extensão e Cultura da Uem - FOREXT UEM. O projeto é conhecido como “MATEMATICA: Exposição Interativa de Matemática”, aplicado no MUDI – Museu Dinâmico Interdisciplinar da Universidade Estadual de Maringá, busca apresentar a matemática ao público que visita o museu, de uma forma dinâmica, através de jogos didáticos e peças interativas que envolvem o uso do raciocínio lógico em suas soluções, que despertam o interesse do visitante pela arte da matemática.*

**Palavras-chave:** Matemática – Números - Lógica

## 1. MATEMATICA

A matemática é uma disciplina em que muitas pessoas não apresentam interesse devido a dificuldades em seu aprendizado ou devido a forma muitas vezes complexa em que ela é apresentada, desta forma buscando uma forma em que a matemática atraísse o interesse das pessoas e prazer, buscou-se trazer a matemática de uma forma atrativa as pessoas utilizando jogos matemáticos que envolvem o uso do raciocínio lógico em suas soluções.

Com esse intuito de levar a matemática às pessoas de uma forma diferente surgiu o projeto criado pelo professor do departamento de matemática João Roberto Gerônimo da Universidade Estadual de Maringá chamado MATEMATICA EM EXPOSICAO: FORMAS, FIGURAS E NUMEROS conhecido também como MATEMATICA no qual consiste a apresentação da matemática através de jogos matemáticos no qual está envolvido uso do raciocínio lógico em suas soluções. Este projeto conta com uma exposição que no Museu Dinâmico Interdisciplinar da Universidade Estadual de Maringá (MUDI) e também conta com itinerâncias que são realizadas em escolas e em feiras de ciências.

O ambiente da matemática no Museu Dinâmico Interdisciplinar da UEM recebe visitas todos os dias de várias pessoas de idades diferentes, com isso a exposição:

MATEMATICA EM EXPOSICAO: FORMAS, FIGURAS E NUMEROS busca-se despertar o interesse nos visitantes de todas as idades, desde crianças, alunos de ensino médio até pessoas idosas. A visita aprimora os conhecimentos dos visitantes nessa área tão importante na vida das pessoas, através dos jogos didáticos quem envolvem o uso do raciocínio lógico. O cerne da lógica é argumentação a argumentação faz com que a pessoa decida qual o caminho lógico a seguir para que encontre e solução certa dos jogos esse processo de argumentação faz com que os visitantes criam um pensamento mais crítico e uma forma diferente em analisar não só problemas matemáticos mais sim de todas as áreas do conhecimento.

A exposição Museu Dinâmico Interdisciplinar da UEM apresenta 7 jogos que foram elaborados de forma a estimular o raciocínio lógico, os jogos podem ser jogados de forma individual ou em dupla. Os visitantes recebem explicações dos monitores do espaço da matemática de como se deve jogar cada jogo com isto os visitantes podem interagirem com os objetos, caso haja qualquer tipo de dúvida para a solução o monitor auxilia o visitante para que o mesmo possa chegar a solução correta concluindo o objetivo proposto, assim melhorando seu desempenho individual e agregando um valor significativo na sua participação.

## **2. JOGOS DA MATEMATICA**

### **Cubo Soma de Piet Hein:**

Piet Hein fez parte do movimento de resistência da Dinamarca, se tornando um herói da 2º Guerra. No ano de 1936 durante uma aula de física quântica e enquanto Heisenberg descrevia um espaço dividido em células cúbicas, ele formulou a hipótese, “Se pegarmos todas as formas irregulares construídas por até quatro cubos de tamanhos iguais unidos por suas faces, seremos capazes de montar um cubo maior.” Depois de formulado a ideia ele percebeu que desse cubo era possível forma novas figura.

### **Tangram de 5 Peças:**

O tangram é um quebra-cabeça de origem chinês, ele apresenta 5 peças no qual o objetivo é formar um quadrado com tais peças, primeiro monta-se um quadrado com 4 peças, depois monta-se novamente com 5 peças (tirando o quadrado na primeira vez), observando que a área é completada de acordo com a quinta peça encaixada.

### **Mágica dos Números**

O jogo seria uma representação da transformação de números na forma decimal para a binária, a partir daí, o jogo funciona assim: o participante escolhe um número sem revelar e seleciona as colunas onde esse número aparece, o monitor supostamente adivinha qual foi o número pensado pelo visitante, a adivinhação é feita apenas somando os primeiros números das colunas escolhidas, no final da brincadeira, o monitor explica para os visitantes o contexto da transformação, os números binários, e como ele adivinha os números.

### **Jogo da Velha Chinês:**

É parecido com o jogo da velha normal, a diferença é: está em 3D e ganha quem fizer maior quantidade de quadra alinhadas na horizontal, na vertical ou na diagonal. É jogado em duas pessoas e cada uma tem 21 fichas de cores diferentes, os pontos são contados a partir que o jogador alinha 4 cores iguais. O jogo tem fim quando as fichas

acabarem.

### **Comparando áreas:**

Esse jogo tem o objetivo de mostrar que a matemática não pode ser simplesmente apresentada a partir de observações de figuras. Nesse jogo dá para montar com a mesma peça um quadrado e um retângulo, quando monta um quadrado sua área é equivalente a 64 u.n, se montar com as mesmas peças um retângulo a área é 65 u.n. o Jogo e composto por 4 peças.

### **Torre de Hanói:**

Foi criado pelo François Édouard Anatole Lucas matemático, francês. Jogo consiste em três pinos em uma base triangular, em um dos pinos e disposto 7 peças triangulares uma em cima da outra variando do maior para o menor de baixo para cima (ordem decrescente). Nesse jogo o jogador tem que transportar todas as peças de um pino para o outro, mudando uma peça de cada vez e sempre a menor encima da maior, nunca a menor embaixo da maior; o número mínimo de movimentos é dado por  $f(n)=2^n - 1$ , sendo n, os discos da torre.

### **Jogo da Velha 3D (acrílico):**

Um passatempo popular conhecido também por jogo do galo, possui regra simples sendo assim facilmente aprendido. O jogo surge na Inglaterra, quando as mulheres saíam a tarde para bordar, a mulheres mais velhas sem condições de fazer o trabalho, jogavam esse jogo simples, foi aí que surge o nome "jogo da velha". Mas estudos vão mais além, falam que sua origem é muito mais antiga, fala-se em tabuleiros escravos encontrados em templos egípcios feitos por escravos há 3.500 anos. O jogo e parecido com o tradicional, a diferença é que há três bases onde o jogador pode escolher onde ele quer jogar. Ganha quem fizer mais trincas.

## **3. OBJETIVO**

Por fim o espaço da matemática é visitado por diferentes tipos de pessoas e de várias idades, seja elas crianças, jovens e adultos mas todas buscando, estimulando e capacitando o conhecimento sobre a matemática de forma a desenvolver seu raciocínio frente as argumentações, buscando projetar conclusões e representações a partir das premissas apresentadas.

A expectativa dos monitores é que o visitante desenvolva a competência de interpretar, entender e aplicar técnicas formais da lógica, para desenvolver o raciocínio lógico e dedutivo, que lhe permitirá enunciar e resolver situações-problema, antecipando tendências e planejando ações futuras.

## **REFERÊNCIAS**

MATHEUS, R. A; CUEVA, C. C. *Matemática e o desenvolvimento do raciocínio lógico*. Disponível em: < [http://rpm.org.br/rpm/img/conteudo/files/6\\_mc11.pdf](http://rpm.org.br/rpm/img/conteudo/files/6_mc11.pdf) >. Acesso em: 26 de agosto. 2017

GERÔNIMO, R. J; Apostila: *Guia Rápido para Monitores do Mudi*, pág.1-38, Maringá- PR, 2013

## Sessão 9 – Texto 013

# BRINCAR E REPRESENTAR: UM JOGO DE APRENDIZAGEM

Área temática: Educação

Ana Roberta M. de Araujo<sup>1</sup>, Marina Tosti Lopes<sup>2</sup>, Wagner Rosa<sup>3</sup>, Pedro Carlos de Aquino Ochoa<sup>4</sup>.

<sup>1</sup>Acadêmica do curso de Artes Cênicas, contato: anaarobertaa14@gmail.com

<sup>2</sup>Acadêmica do curso de Artes Cênicas, contato: tostilopesmarina@gmail.com

<sup>3</sup>Prof. Dr. Depto. de Música, DMU/UEM, contato: wrprof@gmail.com

<sup>4</sup>Técnico administrativo da APC/UEM, contato:pcaochoa@hotmail.com

***Resumo:** O projeto de extensão “Brincar e representar: um jogo de aprendizagem III” foi desenvolvido com o objetivo de dar continuidade ao trabalho cênico-pedagógico voltado para crianças realizado no ano de 2016, compreendendo que o desenvolvimento infantil envolve a criatividade e a imaginação, a criação individual e coletiva e a autonomia. A partir desta proposta encontramos no jogo possibilidades de abordagens que desembocaram num rico processo de aprendizagem. Desde o início das atividades foram trabalhados jogos diversificados considerando o repertório adquirido em módulos anteriores, cujo eixo norteador foi o respeito ao universo infantil dos participantes e o estímulo à participação. No final de cada aula, eram realizadas conversas coletivas (feedbacks) onde os participantes opinavam e relatavam sobre a oficina, apontando suas percepções e expressando suas opiniões sobre os pontos fracos e fortes dos jogos e sobre as possibilidades de e trabalharem/se relacionarem coletivamente.*

***Palavras-chave:** teatro, educação, jogos teatrais.*

## 1. CONTEXTO

O teatro brasileiro tem suas raízes nas missões jesuíticas – movimento contra o protestantismo – no período de colonização. O principal intuito das peças era o de catequizar os nativos. Já nos séculos XVIII e XIX, mas sempre influenciados pela arte europeia, os artistas brasileiros começaram uma busca por uma identidade artística nacional. A título de exemplo, um marco para história do país foi a Semana de Arte Moderna de 1922, onde os artistas fugiram dos padrões estéticos europeus e esboçaram caminhos para uma arte genuinamente brasileira.

Durante o período da ditadura militar (1964 – 1985), houve um grande nível de produção artística cujos conteúdos evidenciavam críticas ao governo regente. Outro acontecimento datado em 1971 foi à inclusão da educação artística no currículo escolar. A lei não previa a arte como disciplina, o que implicava na contratação ou indicação de professores polivalentes e, assim, a arte acabou por ser banalizada no interior das escolas. Em 2010, a Lei 7032/2010 instituiu o ensino obrigatório de, para além das Artes Visuais, o Teatro, a Música e a Dança nas escolas, como uma tentativa de modificar o cenário anterior. Nesse sentido com o cumprimento da obrigatoriedade da lei, geram-se possibilidades de respostas e assimilações que advêm do mundo da criança, diferentemente do sistema tradicional de ensino imposto pelo sistema tradicional de

ensino, que atribui maior importância as tarefas a cumprir e não estimula as atividades espontâneas que auxiliam o desenvolvimento intelectual.

Entre as metodologias da pedagogia teatral buscou-se trabalhar conceitos de Viola Spolin (2015), Jean-Pierre Ryngaert (2009), Ingrid Koudela (2011) e Ricardo Japiassu (2001) que inspiraram na criação do Projeto, cujos princípios foram auxiliar na formação dos participantes a partir do desenvolvimento/ampliação da sensibilidade/percepção do mundo, e da criatividade e criticidade, assim como o desenvolvimento cognitivo a partir do ambiente lúdico proporcionado pelos jogos dramáticos e teatrais. Para além das fases já realizadas, as oficinas geraram continuidade, cuja finalidade é estabelecer um olhar sobre a arte teatral e suas funções no que tange a auxiliar no desenvolvimento infantil, desde o desenvolvimento da espontaneidade e contribuição na construção de autonomia entre os participantes.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

A oficina encontra-se no segundo ano - terceiro módulo - de realização, sendo assim, estamos desenvolvendo uma continuidade do trabalho dando ênfase aos jogos teatrais (improvisação, resolução de problemas em cena individual e coletivamente) que trabalham a autonomia do indivíduo a partir das regras dos jogos.

Para a realização da terceira parte da oficina, continuamos com a metodologia adotada no ano anterior. (Por exemplo, foi mantida a chamada não tradicional: ao invés de ser dito presente, cada participante expressava-se com um “corpo-voz”, ludicamente, propondo um movimento, um som e uma frase para responder a chamada). Na sequência, um aquecimento/alongamento para despertar o corpo e uma sequência de jogos (dramáticos e teatrais) que se complementavam. Ao final, uma roda de conversa (feedbacks) onde todos são convidados a falar sobre suas percepções e relatar suas impressões sobre o que foi vivenciado/experimentado e os possíveis conhecimentos apreendidos.

Percebemos que os participantes, em regra geral, se sentiam confortáveis quando, neste momento final, colocavam em exposição suas preferências e dificuldades enfrentadas durante a aula. Relatos nos permitiam avaliar a aceitação dos jogos e a sua funcionalidade. Por exemplo, um exercício que a maioria do grupo não gostou, o “XUÁ” (jogo que consiste em um tipo de

relaxamento envolvendo todo o grupo). Foi apontado como desconfortável pela falta de delicadeza e cuidado com o próximo, por alguns participantes dado ao não respeito e falta de seriedade na realização e de sensibilidade em relação ao momento do outro. Em pouco tempo, já percebiam que a ansiedade de alguns indivíduos podia atrapalhar a realização das atividades coletivamente. Superadas e corrigidas pontualidades desta natureza, jogos outros, tais como o “jogo do espelho” (que possibilita o desenvolvimento da atenção), ou o “jogo da máquina humana” e o “jogo das esquetes” (constituídos pelas premissas spolinianas do ONDE, QUEM e O QUÊ e preparam para a composição de cena improvisada) eram constantemente trabalhados nas oficinas.

Considerando o processo como um todo foi possível, a partir das atividades propostas, que alcançássemos o objetivo de estimular a autonomia dos participantes. Neste sentido, cada semana um participante era convidado a prospectar e apresentar um

jogo (dramático ou teatral) para aplicar em aula. Desta forma, cada participante deveria, para além de pesquisar uma atividade/jogo, refletir sobre ela, suas regras, seu acontecimento e seu desenvolvimento, abrangendo as funções de ouvir e respeitar o outro, além do preparo de pessoal para compartilhar o jogo escolhido. Outra proposta deste módulo foram as práticas com desenhos e histórias criadas e já conhecidas por eles, sendo adaptadas para atividades já realizadas em momentos anteriores e adaptadas para as novas proposições/situações. A partir delas, foram criados improvisos com desafios a cada momento como: uso de apenas um fala, uma ação onde todos falam com uma palavra por vez, ações sem o uso da voz ou da fala ou apenas sons outros etc. Também, incentivamos a prática dos desenhos (constituindo uma espécie de storyboards das ações pretendidas), visando maior memorização e entendimento sobre a história trabalhada em cena, além de possibilitar-nos compreender os aspectos e conteúdos trabalhados em uma perspectiva mais abrangente a partir das percepções individuais.

### **3. ANÁLISE**

O cerne desse projeto é o desenvolvimento criativo uma formação mais ampla das crianças participantes. O terceiro módulo possibilitou uma ampliação do sentimento de coletividade e da consciência da importância de cada participante para a harmonia do grupo. Percebe-se o desenvolvimento/ampliação do respeito ao próximo, a partir da percepção de ações cotidianas simples, tal como quando um colega propõe um jogo, ou quando se está em cena, ou ainda quando alguém deseja ter o seu momento de fala. Além disso, as crianças mostram-se empolgadas por descobrirem a efemeridade da improvisação e as possibilidades de renovação de desdobramentos.

Obviamente, algumas resistências aconteceram durante o projeto, tais como a eventualidade de um participante querer sair de um jogo para ceder espaço aos demais participantes, ou, em outro momento, não seguir as regras previamente estabelecidas, burlando o processo. As regras de um jogo são normalmente propostas pelas ministrantes, porém, em um trabalho colaborativo como este, elas podem ser modificadas mediante as necessidades do grupo. Sendo assim, em situações desta natureza os participantes podem, também, propor outras regras. Entretanto, a liberdade do jogo pode ser confundida com libertinagem ao ser excessivamente utilizada para atender ao gosto individual em sobreposição ao coletivo. Para resolver esta questão, conversas com os estudantes e explicações convergem para o intuito da oficina e sua principal função: o desenvolvimento da autonomia e da criticidade dos participantes.

### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O projeto de extensão está em seu segundo ano de execução, contendo duas turmas ministradas por acadêmicas do curso de Artes Cênicas. Ponderamos que a atividade teatral pode possibilitar ao sujeito a interação social, o desenvolvimento da imaginação, da cooperação, da criatividade, da autenticidade, da percepção de si e do outro: de um ser reflexivo! Por estas razões, consideramos que o projeto é relevante ao meio acadêmico por proporcionar a relação entre teoria e prática dentro da Universidade e, conseqüentemente, para a comunidade externa, além de proporcionar tais ações a partir de atividades de cunho cultural e lúdico.

## REFERÊNCIAS

JAPIASSU, Ricardo. *Metodologia do ensino de teatro*. São Paulo: Editora Papirus, 2001.

KOUDELA, Ingrid Dormien. *Jogos Teatrais*. São Paulo: Perspectiva, 2011, Ed. 11. 160 páginas.

RYNGAERT, Jean-Pierre. *Jogar, Representar*. (Tradução de Cassia Raquel da Silveira). São Paulo: Editora Cosac Naify, 2009. Ed. 1. 280 pg.

SPOLIN, Viola. *Improvisação para o Teatro*. (Tradução de Eduardo Jose de Almeida Amos). São Paulo: Editora Perspectiva, 2015, Ed. 6. 384 pg.

## Sessão 9 – Texto 118

# GÊNERO E PARADESPORTO UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PARAJAPS.

Área Temática: Direitos Humanos

Amanda Evelyn Alves<sup>1</sup>, Liége Torresan Moreira<sup>2</sup>, Decio Roberto Calegari<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Bolsista USF,UEM, contato: amandaevelynalves@hotmail.com,

<sup>2</sup>Co-autora, UEM, contato: liegetorresan@gmail.com,

<sup>3</sup>Coordenador, DEF/UEM, contato: deciorc@gmail.com

**RESUMO:** *O presente artigo tem por objetivo abordar as questões de gênero que influenciam diretamente na participação de um determinado grupo em competições Paradesportivas por meio da análise do quadro de participação dos Jogos Abertos Paradesportivos do Paraná- PARAJAPS, sendo possível observar a dificuldade para formação de equipes femininas e consequentemente a baixa participação deste público em competições.*

**Palavras-chave:** *Mulher, Paratleta, PARAJAPS.*

## INTRODUÇÃO

Ao analisar o contexto de uma sociedade e as relações entre homens e mulheres, podemos observar uma diferença de papéis e de trabalhos que são desenvolvidos por determinadas categorias, nesta perspectiva Carloto (2001) fundamenta a existência do gênero como um elemento de produção social da existência, na qual a sociedade divide as tarefas alheias a sua própria vontade, de acordo com essa classificação de masculino ou feminino.

Quando tratamos especificamente do esporte, as questões de gênero possuem um papel muito forte para seu desenvolvimento, tendo em vista que ambos são vistos de forma diferente, fato este que contribui para a disseminação de preconceitos pautados no biótipo de cada indivíduo. Momento no qual a figura masculina passa a ser representada por corpos fortes e ágeis, considerados propício ao esporte, enquanto a figura feminina apresentava seu esboço em quadros de delicadeza e fragilidade, o que tornava a prática de esportes inacessíveis a esse público.

A inserção das mulheres no esporte se dá com a organização de movimentos feministas nos quais o objetivo principal está pautado na luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres rompendo com os estereótipos enraizados na Grécia antiga de que; “as mulheres não podiam competir ou participar de atividades físicas similares porque se pensava que a mulher era muito delicada e frágil, tendo que se restringir à vida doméstica e levar um estilo de vida restrito a casa” (FERNANDES,2016). Para um olhar de igualdade entre ambos, resultando em um processo de modificações em diversas áreas sociais, como por exemplo nas relações familiares, maternidade e trabalho como uma das maiores revoluções no início do século XX.

No âmbito paradesportivo as atenções se fazem dobradas com relação a participação e inclusão das mulheres portadoras de deficiência nas categorias de rendimento, resultados estes expressos em virtude dos processos históricos-sociais que retardaram a inserção deste grupo no âmbito esportivo e posteriormente o atraso para elaboração de competições para pessoas deficientes.

## OBJETIVO

Este estudo teve como objetivo registrar e analisar a presença da mulher nos Jogos Abertos Paradesportivos do Paraná, no período compreendido entre 2012 (ano da sua criação) até 2015, completando desta forma um ciclo Paralímpico.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório realizado em base documental que tem uma abordagem histórica, onde procura estabelecer parâmetros de participação da mulher no Paradesporto / Esporte Adaptado, procurando analisar causas e consequências dessa participação.

## RESULTADOS

Com o objetivo de valorizar o paratleta, e como contribuição para que a sociedade deixe de se preocupar com suas limitações e possa perceber as potencialidades das pessoas com deficiência, em 2012 foram realizados pela primeira vez os primeiro Jogos Abertos Paradesportivos do Paraná- PARAJAPS, que contou com a coordenação geral professor Dr. Decio Roberto Calegari, contando com a disputa de 11 modalidades coletivas e 19 individuais, tornando-se um evento do calendário esportivo oficial do Estado do Paraná. A tabela abaixo está organizada com todas modalidades ofertadas nos anos de 2012 à 2015 e dividida em participações Masculinas(M) e Femininas(F).

MODALIDADE	12/M	12/F	13/M	13/F	14/M	14/F	15/M	15/F
ATLETISMO	91	44	113	39	0	0	180	102
BADMINTON	10	5	9	9	0	0	15	4
BCR	68	0	65	0	0	0	68	0
BDI	0	0	0	0	0	0	17	0
BOCHA	21	0	21	6	21	6	29	5
CANOAGEM	5	3	5	2	0	0	29	4
CICLISMO	4	0	9	1	9	0	9	0
ENDURO/HIPISMO	3	2	0	0	0	0	9	0
ESGRIMA	0	0	7	4	0	0	6	6
FUTEBOL DE	0	0	23	0	20	0	0	0
FUS	19	0	0	0	0	0	0	0
GOALBALL	29	15	24	12	30	17	24	16
GOLF 7	0	0	17	12	14	14	21	15
GR	0	2	0	0	0	0	0	0
HCR	91	0	51	7	56	15	59	8
ITDI	0	0	24	10	36	0	36	0
NATAÇÃO	28	14	36	15	36	12	25	18
TENIS DE MESA	19	9	15	2	22	20	15	7
VOLEIBOL PLP	43	0	43	0	24	0	36	0
XADREZ	4	2	3	0	10	4	10	3
TOTAL	465	96	465	119	281	88	588	188

Fonte: SEET/PR – Relatório dos PARAJAPS

Quando analisamos dados quantitativos é possível observar um avanço no que se refere a participação de mulheres no esporte de rendimento, mas ainda os números apresentados estão muito a baixo dos homens, com um percentil de 17,72% no ano de 2012; 20,91% em 2013: 23,85%; em 2014 e 24,23% em 2015, obtendo maior participação nas modalidades; atletismo, goalball e natação.

Analisar este grupo especificamente é observar quais aspectos de inclusão se colocam frente a vida dessas mulheres. É observar como o preconceito se estabelece dentro do grupo de pessoas com algum tipo de deficiência e ir além, como a sociedade se levanta para enfrentar desigualdades de gênero dentro destes lócus. Mulheres com algum tipo de deficiência têm no esporte a possibilidade de resignificar suas vidas, de se reconhecerem enquanto atletas, de utilizarem o esporte como meio de inclusão social da mesma forma que os homens?

Balances são necessários, e dar luz a condição das mulheres dentro da prática desportiva é contribuir para o debate e a promoção de políticas públicas que promovam igualdade e visibilidade para ambos, reformulando desta forma a participação e a visibilidade destas no âmbito paradesportivo.

## **CONCLUSÃO**

Mesmo com um aumento de paratletas entre as edições disponibilizadas desde o ano de 2012, a participações feminina ainda se encontra em níveis muito baixos quando comparada a dos homens. Quando levamos em consideração a realidade da mulher no contexto social a hipótese é de que as barreiras sociais e estruturais são ampliadas para as mulheres que desejam praticar o paradesporto/esporte adaptado de alto rendimento e que isso reflete nas suas possibilidades de retorno tanto financeiro, como midiático, portanto faz-se necessário um olhar redobrado para este público com o objetivo de reverter este quadro de desigualdade, promovendo maiores oportunidades de sucesso para a mulher portadora de deficiência no ambiente esportivo.

## **REFERÊNCIAS**

CARLOTO, M. C. (2001). *O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais*. Serviço Social em Revista, 3(2), 2001. Disponível em <[http://www.ssrevista.uel.br/c\\_v3n2\\_genero.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c_v3n2_genero.htm)> Acessado em: 29/agosto/2017.

FERNANDES F. Revista MultiRio - *A mídia educativa da cidade. Reportagem: A participação feminina brasileira nos jogos Olímpicos e Paralímpicos*. 20 de agosto de 2016. Disponível em <<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/10358-a-participa%C3%A7%C3%A3o-feminina-brasileira-nos-jogos-ol%C3%ADmpicos-e-paral%C3%ADmpicos>>. Acesso em: 29/agosto/ 2017.

## Sessão 9 – Texto 121

### A atuação do NEDDIJ para a efetivação da proteção integral da criança e adolescente por meio do acesso à Justiça

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

**Prof. Ms. Amália Regina Donegá<sup>1</sup>, Ana Carolina de Andrade Borba<sup>2</sup>, Camilla Elena Matavelli Granado Rodrigues<sup>3</sup>, Gustavo Rodrigues dos Santos<sup>4</sup>, Lara Maria Tortola Flores Vieira<sup>5</sup>, Maria Carolina Pais Oliveira<sup>6</sup>, Maria Eloyza Rocha Ribeiro<sup>7</sup>, Mariana Queiroz Meneguello<sup>8</sup>, Pedro Henrique Calvo Fracasso<sup>9</sup>, Priscila Laissa Toledo<sup>10</sup>, Regina Karisa de Freitas Ferreira<sup>11</sup>.**

<sup>1</sup>Coordenadora do NEDDIJ, contato: ardonega@uem.br.

<sup>2</sup>Estagiária do curso de direito do NEDDIJ, contato: anaandrade\_b@hotmail.com

<sup>3</sup>Estagiária do curso de direito do NEDDIJ, contato: camillaelena@hotmail.com

<sup>4</sup>Estagiário do curso de direito do NEDDIJ, contato: megustavoo16@gmail.com

<sup>5</sup>Advogada do NEDDIJ, contato: laratortola@hotmail.com

<sup>6</sup>Estagiária do curso de psicologia do NEDDIJ, contato: mcarolinapaes@gmail.com

<sup>7</sup>Estagiária do curso de direito do NEDDIJ, contato: eloyza.rr@gmail.com

<sup>8</sup>Advogada do NEDDIJ, contato: marimeneguello@hotmail.com

<sup>9</sup>Advogado do NEDDIJ, contato: pedrofracasso@gmail.com

<sup>10</sup>Psicóloga do NEDDIJ, contato: prih\_toledo@hotmail.com

<sup>11</sup>Psicóloga do NEDDIJ, contato: reginakarisa@hotmail.com

***Resumo.** O Núcleo de Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude (NEDDIJ), no desempenho de suas tarefas, busca consolidar uma estratégia de atendimento, propiciando a defesa dos direitos individuais e coletivos de crianças e adolescentes, sendo que para o desenvolvimento do presente trabalho foi observado o incremento nos atendimentos de casos envolvendo o interesse em regularizar a Guarda de infantes, de modo a concretizar o princípio da Proteção Integral, pois, a Processo de Guarda constituir-se em medida judicial de cunho fundamental, destinado a assegurar visibilidade jurídica às famílias vulneráveis.*

***Palavras-chave:** infância e juventude - assistência jurídica – guarda*

## 1. INTRODUÇÃO

O Núcleo de Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude (NEDDIJ) foi criado por meio de convênio firmado entre a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), com o objetivo de consolidar uma estratégia de atendimento, propiciando a defesa dos direitos individuais e coletivos de crianças e adolescentes, economicamente hipossuficientes, residentes na Comarca de Maringá - Pr, que abrange os Municípios de Paiçandu, Floresta, Doutor Camargo e Ivatuba e os Distritos de Água Boa, Floriano e Iguatemi.

O trabalho desempenhado pelo NEDDIJ está contextualizado no âmbito das políticas públicas paranaenses voltadas às garantias dos direitos da criança e do adolescente, sob influência da Doutrina da Proteção Integral normatizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

Fundamentalmente, o propósito do NEDDIJ é garantir o acesso da criança e do

adolescente à Justiça, propiciando a defesa de seus direitos individuais quando não for possível alcançá-lo pela via administrativa. Para tanto, o NEDDIJ conta com uma equipe de três (03) advogados, duas (02) psicólogas e seis (06) estagiários, acadêmicos dos cursos de direito e de psicologia.

## **2. A PROTEÇÃO INTEGRAL NO CONTEXTO FAMILIAR**

O trabalho do NEDDIJ firma-se na assistência jurídica aos direitos da criança e do adolescente, destacando-se os instrumentos processuais destinados à regularização da situação de fato e à concretização de direitos reconhecidos. No primeiro caso, cite-se o Processo de Guarda que visa o reconhecimento jurídico da responsabilidade de um adulto em relação a uma criança ou adolescente.

No que tange à tutela jurisdicional que visa a regularização da Guarda, prevista no art. 1.583 do Código Civil Brasileiro, constata-se que, por meio da Constituição Federal de 1988 iniciou-se processo de oxigenação democrática em várias instituições, não apenas estatais, mas também eminentemente privadas, como a família. O Direito Civil, então, passou a ser influenciado de forma intensa pelo Direito Público, de modo que se operou a chamada despatrimonialização do Direito Privado, a fim de ressaltar a proteção da pessoa humana. Assim, a partir da Constituição de 1988 surge a normatização das famílias monoparentais e famílias extensas, merecedoras da mesma proteção jurídica destinada a qualquer outra modalidade de família.

A regularização de uma situação fática existente, que vise assegurar a permanência da criança ou adolescente em um ambiente familiar diferente daquele no qual foi concebido, por meio de processo judicial de Guarda, propicia o exercício de direitos fundamentais da criança e do adolescente que, nesta circunstância, passa a ser representada pelo seu Guardião.

O exercício destes direitos fundamentais manifesta-se, por exemplo, nos casos em que a criança necessite de uma internação hospitalar, ocasião em que seu Guardião legal, obrigatoriamente, deverá acompanhá-la, não sendo necessário o consentimento de quem detém seu poder familiar, posto que legitimamente autorizado pela ordem judicial concedida no Processo de Guarda, diminuindo os possíveis entraves que esta situação possa causar.

O objetivo de uma Ação judicial de Guarda é regularizar uma situação de fato, levando o Guardião legal da criança a se responsabilizar por ela e dar-lhe toda a assistência (material, educacional, moral) necessária ao seu desenvolvimento, portanto, o NEDDIJ, ao oferecer atendimento jurídico e psicológico aos núcleos familiares que necessitam deste apoio judicial, garantindo o seu acesso à justiça, consolida o seu propósito institucional e dissemina práticas inclusivas em favor da população carente.

## **3. O PROCESSO DE GUARDA REALIZADO PELO NEDDIJ**

O processo de guarda instaurado pelo NEDDIJ constitui-se numa medida jurídica capaz de revelar a urgência e a necessidade da intervenção judicial em diversos casos, uma vez que dele decorrem reflexos importantíssimos no direito da criança e do adolescente, pois, recorrentemente, discute-se a possibilidade de incluir no processo, além do pedido de guarda, a fixação de alimentos, a regulamentação de visitas, ou até mesmo a obrigação de cumprimento definitivo de sentença, em nome do princípio do

sincretismo processual, com o fim de otimizar os atos processuais, reduzindo o tempo necessário para se obter o provimento para todas estas matérias, se discutidas em processos desmembrados.

Não se descuida, entretanto, do dever de buscar soluções alternativas de conflitos, por meio de acordo extrajudicial, antes de ser instaurado qualquer procedimento judicial, conforme a sistemática do acesso multiportas trazidos pelo novo Código de Processo Civil.

Ademais, é através do contato com as famílias que se torna possível aos profissionais do NEDDIJ, com o apoio de equipe multidisciplinar, observarem eventual prática de alienação parental, traçando possíveis caminhos para se garantir a proteção integral da criança.

A equipe multidisciplinar é integrada por profissionais da área jurídica e psicológica, sendo que estes últimos realizam atendimento pré-processual com as partes envolvidas objetivando identificar a viabilidade da proposição de ação de guarda ou, preferencialmente, caso exista um bom diálogo entre os envolvidos, a possibilidade do acordo extrajudicial, levando sempre em conta o melhor interesse da criança e do adolescente.

#### 4. A PROCURA PELOS SERVIÇOS OFERTADOS PELO NEDDIJ

O NEDDIJ possui capacidade para oferecer 04 (quatro) atendimentos diários destinados a novos casos, sendo que, apenas no primeiro semestre do presente ano, 453 (quatrocentas e cinquenta e três) famílias buscaram o suporte jurídico visando a solução de seus conflitos familiares, sendo que destes, 70 (setenta) destinavam-se especificamente à regularização da Guarda de criança e adolescente.

Registre-se que nem todos os atendimentos resultam na interposição de medidas judiciais, posto que, muitas vezes, o aconselhamento profissional mostra-se inteiramente eficaz para a solução da contenda e, para tal, a assistência psicológica revela-se determinante, conforme se constata pela análise do quadro abaixo referente ao primeiro semestre de 2017:

<b>REGULARIZAÇÃO DE GUARDA</b>			
<b>MÊS</b>	<b>Atendimentos jurídicos</b>	<b>Atendimentos psicologia</b>	<b>Processos ajuizados</b>
Janeiro	13	15	1
Fevereiro	6	18	1
Março	20	17	0
Abril	8	14	3
Maior	11	37	0
Junho	12	28	3
<b>TOTAL</b>	<b>70</b>	<b>129</b>	<b>08</b>

Inobstante o grande esforço empreendido para não ser conflagrada uma batalha judicial entre os interessados no provimento dos direitos da criança ou adolescente, em alguns casos a Ação de Guarda revela-se pertinente, podendo cumular-se com outras medidas judiciais, tais como a Ação de Alimentos ou de Regularização de Visitas.

No caso da Guarda Unilateral, a mais usual dentre as modalidades operadas no NEDDIJ, o Guardião representará ou assistirá a criança ou adolescente, requerendo os alimentos devidos pela parte demandada pela via judicial ou administrativa, o que

resultará na efetivação dos direitos daquele infante, como o acesso à saúde, benefícios da assistência social e medidas protetivas.

## **5.CONCLUSÃO**

A atuação do NEDDIJ se insere na estratégia da política paranaense de intervir na efetivação dos direitos da criança e do adolescente através do atendimento jurídico e psicológico ofertado às famílias, de modo a suprir os interesses dos infantes. Logo, em processos destinados à regularização de Guarda, a equipe se empenha na análise do caso familiar sob o enfoque holístico.

O acesso à Justiça não atende apenas à efetivação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, mas, oferece visibilidade às novas configurações familiares nas quais eles estão inseridos, restando evidente, pelo exposto, que da regulamentação jurídica da Guarda decorrem reflexos importantíssimos no direito da infância e juventude, garantindo os seus direitos fundamentais, tais como o acesso à educação, saúde e lazer, possibilitando a concretização da paternidade responsável e a proteção integral qualificada da criança e assegurando seu saudável desenvolvimento.

## **REFERÊNCIAS**

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Trad. Ellen Grace Northfleet. Porto Alegre: Sergio Fabris Editora, 2002.

SILVA, Suzana Gonçalves Lima e; SILVA, Rosângela Aparecida. *A democratização da família: substituição da hierarquia familiar pela paridade nas relações conjugais e suas implicações para a família brasileira contemporânea*. Revista Eletrônica de Direito do Curso de Direito da UFSM, Santa Maria, v. 8, n. 2, p. 462-487, 2013.

## Sessão 9 – Texto 130

### **GDUCC - Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade na Comarca de Maringá** **Área Temática: Direitos Humanos e Justiça**

**Alexandre Ribas de Paulo<sup>1</sup>, Emanuelle Castaldelli Silva<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Prof. Departamento de Direito Privado e Processual DPP/UEM, contato: ribasdepaulo@hotmail.com

<sup>2</sup>Aluna do curso de Psicologia, contato: emmanuelles@hotmail.com

***Resumo.** O Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade (GDUCC) é um projeto de Extensão (nº 3488/16), vinculado ao Departamento de Direito Privado e Processual da UEM, que foi realizado no ano de 2016 na Penitenciária Estadual de Maringá. Tal experiência, pioneira no Estado do Paraná, pretendeu proporcionar um ambiente com comunicações simétricas, autênticas e horizontais entre os condenados e comunidade, visando estabelecer uma reaproximação entre a parcela presa e a parcela livre das pessoas, entendendo que todos os sujeitos, independentemente de sua condição, fazem parte de uma sociedade que se autodenomina democrática. Assim, o GDUCC rompe a segregação que existe entre a comunidade e as pessoas encarceradas, possibilitando alguns momentos de convívio harmônico como uma estratégia que permite a inclusão social, permitindo o afastamento da condição sofrível do condenado do ambiente que o aprisiona.*

***Palavras-chave:** GDUCC – Diálogo – Cárcere*

#### **1. O Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade**

O Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade (GDUCC) originou-se vinculado à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – FDUSP – e foi idealizado pelos Professores Livres Docentes Drs. Alvino Augusto de Sá e Sérgio Salomão Shecaira em 2006, no âmbito do Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, tendo por finalidade a promoção de encontros e diálogos autênticos, simétricos e transdisciplinares entre universitários, pessoas da comunidade e pessoas em cumprimento de pena privativa de liberdade, visando construir uma “ponte” entre pessoas da sociedade livre e pessoas privadas de liberdade no cárcere. (SÁ, 2013)

Na Universidade Estadual de Maringá, o Projeto de Extensão denominado GDUCC está sob a coordenação vinculada ao Departamento de Direito Privado e Processual e entrou em funcionamento no dia 01 de junho de 2016, tendo suas práticas realizadas na Penitenciária Estadual de Maringá no ano de 2016.

Importa destacar que o projeto foi concebido, justamente, para ser implementado em diversas comarcas do Brasil, não sendo, portanto, necessária a vinculação desta instituição com a USP, já que a ideia de seus criadores foi a de divulgar o material de formação das equipes, a fim de que a ação fosse executada de maneira independente em cada *locus* do país disposto a implementar as experiências de um GDUCC.

#### **2. O papel da Universidade pública no exercício da democracia**

A Universidade, como *locus* privilegiado do ensino, pesquisa e desenvolvimento de um olhar crítico, tem um importante papel de transformação social, não se restringindo à reprodução do conhecimento, mas expandindo-se enquanto um espaço de reflexão sobre a realidade e fomentar a realização de práticas que consolidam os valores desejados por uma sociedade democrática.

A academia deve, portanto, criar e viabilizar alternativas para o enfrentamento de problemas sociais e, mais especificamente, no que diz respeito à ciência criminal, deve não só proporcionar um ensino jurídico crítico, mas procurar meios de ampliar os canais de interação presídio-comunidade, visando restabelecer uma relação verdadeiramente simétrica entre as pessoas distanciadas por uma sentença penal condenatória, possibilitando um diálogo frutífero com entendimento, compreensão e amadurecimento de todas as partes.

A reintegração social do apenado constitui uma via de mão dupla e a abertura de um processo de comunicação, a partir do qual os presos se reconheçam na sociedade e esta se reconheça na prisão, permite que todas as pessoas realmente passem a ter responsabilidade pela inserção do condenado na comunidade em que ele vive. É diferente da visão de “ressocialização”, na qual o indivíduo preso é visto como objeto de intervenção penal e lhe é exigido readequar-se valorativamente como condição de seu retorno à sociedade, desconsiderando que o fenômeno criminal está intrinsecamente ligado às ambiguidades e contradições sociais.

Assim, a iniciativa do GDUCC encontra respaldo não só nos ideias de uma Instituição de Ensino Superior, mas também na legislação pátria, uma vez que o artigo 207, da Constituição Federal, declara que as universidades “[...] obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” e, sendo a Universidade Estadual de Maringá uma instituição pública, gratuita e de qualidade pode-se afirmar que esta auxilia a sociedade paranaense no cumprimento do artigo 4º, da Lei de Execuções Penais (Lei nº 1710/84), *in verbis*: “O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.”

### **3. O funcionamento do GDUCC no ano de 2016 na Penitenciária Estadual de Maringá**

Conforme programação prevista, houve a realização do Evento de Extensão (Processo nº 5026/2016-PRO), intitulado “A relação universidade, cárcere e comunidade: da reflexão à atuação prática”, no dia 10/06/2016, sob a Coordenação da Profa. Dra. Isadora Vier Machado, do Departamento de Direito Público da UEM, e contou-se com a presença do idealizador do projeto, Prof. Dr. Alvino Augusto de Sá (USP).

Foi realizada uma visita prévia, no mesmo dia, na Penitenciária de Maringá (PEM), com membros do Conselho da Comunidade de Execuções Penais da Comarca de Maringá e alguns participantes do projeto.

No dia 27 de julho de 2016 foi lançado o Edital nº 001/2016-GDUCC, convocando as pessoas da comunidade em geral para participarem do projeto. As atividades teóricas foram realizadas nos dias 06, 13, 20 e 27 de setembro de 2016, nas Salas 25 e 211, do Bloco D-34, do *campus* sede da UEM, com início às 14h00min e término às 17h00min, contando com 37 pessoas no total.

Como havia um limite de 21 pessoas da comunidade para as atividades práticas,

visto que haveria outras 21 pessoas – condenados – selecionadas pela administração da PEM, então realizou-se um sorteio entre os inscritos para limitar ao número de vagas para as atividades práticas.

Foram realizados 10 encontros semanais, nas terças-feiras, entre os dias 04/10 e 13/12, cujas atividades foram descritas em relatórios elaborados pelos participantes. O transporte foi fornecido pela PEM – ônibus – com o traslado dos participantes da comunidade partindo às 14h00min do *campus* sede da UEM até a PEM, com retorno previsto a partir das 17h00min.

As atividades foram um sucesso em sua primeira versão e no dia 23 de fevereiro de 2017, com a presença do Prof. Alvino, foram entregues os Certificados, previamente emitidos pela DEX, para os participantes internos da PEM, em uma cerimônia emocionante.

#### **4. Os resultados obtidos pelo Projeto de Extensão**

Os resultados auferidos com o GDUCC na PEM foram excelentes, pois suas práticas permitiram que pessoas livres da comunidade maringaense e pessoas condenadas em cumprimento de pena privativa de liberdade de vivenciar a democracia enquanto valor.

Ao priorizar o diálogo de maneira autêntica, simétrica e horizontal, entre pessoas de grupos tão diversos, abriu-se espaço para ouvir e compreender o outro em sua pluralidade, proporcionando momentos não só de conhecimento, mas também de afetividade dentro de um estabelecimento penal carregado de controle, limitações e negatividades.

Os participantes do GDUCC tiveram a oportunidade de extravasar problemas particulares e expor as próprias opiniões sobre assuntos diversos, sejam valores pessoais ou posicionamentos frente a assuntos polêmicos. O espaço foi de livre expressão. Por exemplo, em um dos encontros uma participante se emocionou ao compartilhar que estava infeliz com seu curso de graduação; outro recitou cordel espontaneamente e outros, ainda, quiseram fazer orações ao final.

Em sua primeira realização na PEM, vários dos membros do GDUCC se sentiram confiantes em contar parte de sua trajetória e de sua vida, bem como compartilhar as próprias expectativas ao longo dos encontros. Vários internos discorreram sobre o que fariam quando terminassem de cumprir a pena privativa de liberdade, ao passo que muitos membros da comunidade falaram sobre a profissão que gostariam de seguir após a formatura.

Neste contexto, houve uma autolimitação a fim de favorecer o diálogo: ouvir o outro com respeito, respeitar o seu espaço e abster-se de julgamentos. Isto foi relatado em um dos encontros, quando um dos internos da PEM afirmou se sentir mais acolhido ao ver que pessoas de fora da penitenciária, que não os conheciam, se interessavam por eles em vez de rejeitá-los.

O grupo de apenados selecionados pela administração da PEM, especialmente pelo seu Diretor, Sr. Vaine Gomes, foi formado por pessoas alocadas numa área denominada de “segurança”, isso porque as suas condenações – ou outros aspectos próprios de cada condenado –, os colocava em situação de risco dentro do estabelecimento penal. Somado a esse fato, os escolhidos, preferencialmente, eram

peças que não recebiam visitas de familiares ou conhecidos, encontrando-se em um verdadeiro abandono afetivo por parte da sociedade.

Com o desenvolvimento do projeto conseguiu-se o rompimento, ainda que por poucas horas, da segregação que existe entre a comunidade e as pessoas encarceradas, possibilitando alguns momentos de convívio harmônico entre pessoas com uma estratégia que permite a inclusão social, permitindo o afastamento da condição sofrível do condenado do ambiente que o aprisiona.

Assim o GDUCC da UEM, ao adentrar no cárcere, deu voz a uma classe estigmatizada, de pessoas privadas de sua liberdade em uma instituição estatal e em situação de vulnerabilidade social; além de permitir pessoas livres de entrar em um ambiente segregador e desconhecido da população. Nas práticas do GDUCC, quando as pessoas foram tratadas de modo simétrico e abriu-se a oportunidade para o diálogo, o projeto atingiu o seu escopo, que é o resgate da condição humana e aperfeiçoamento pessoal de seus participantes.

## **Referências**

BRASIL, Brasília. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 15 de julho de 2017.

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1994. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm)>. Acesso em 15 de julho de 2017.

SÁ, Alvino Augusto; *et all.* (Org.). *GDUCC grupo de diálogo universidade-cárcere-comunidade: uma exposição de integração entre a sociedade e o cárcere*. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

## Sessão 13 – Texto 040

### **Acompanhamento de pacientes em saúde mental: análise acerca dos históricos de transtornos e encaminhamento de usuários da Atenção Básica** Área Temática: Saúde

**Fernanda Pedersoli Lopes<sup>1</sup>, Thainara Misael de Santana<sup>1</sup>, Thais Ritter de Souza<sup>1</sup>, Marcelle Paiano<sup>2</sup>, Cinthia Lopes Barbosa<sup>3</sup>, Lisley Midori<sup>3</sup>**

<sup>1</sup>Aluno do curso de enfermagem da Universidade Estadual de Maringá - UEM

<sup>2</sup>Prof.<sup>a</sup> Depto de Enfermagem – DEN/UEM

<sup>3</sup>Enfermeira na Unidade Básica de Saúde - UBS Paris

***Resumo.** Este trabalho teve como objetivo descrever o histórico de atendimento em saúde mental dos usuários atendidos em uma Unidade Básica de Saúde, com ênfase nos encaminhamentos e acompanhamentos realizados. O procedimento de coleta de dados foi realizado por meio da identificação dos usuários pelo sistema gestor, utilizado pelas equipes da Estratégia Saúde da Família e posterior inclusão nas fichas de acompanhamento em saúde mental elaboradas pelo presente projeto. Constatou-se que grande parte dos indivíduos (59,7%) não possui histórico de transtorno mental e entre os indivíduos que possuem (40,3%), apresentam distúrbios depressivos e/ou ansiedade. Dos encaminhamentos, 17,6% dos pacientes foram encaminhados a serviços especializados e somente 14,3% fazem acompanhamento, o que demonstra a importância da assistência à saúde mental na Atenção Básica.*

***Palavras-chave:** Histórico – Encaminhamentos – Acompanhamento.*

## 1. INTRODUÇÃO

Estudos epidemiológicos mostram que milhões de pessoas sofrem algum tipo de doença mental no mundo e que este número vem sofrendo um aumento progressivo, principalmente nos países em desenvolvimento. Entre os cenários de cuidado em saúde mental, a Atenção Primária à Saúde (APS) possui relevância significativa para a resolubilidade do cuidado e consolidação da Reforma Psiquiátrica, uma vez que pode evitar práticas que levem à psiquiatrização, fragmentação do atendimento, além de facilitar o planejamento das ações no território, promovendo equidade e acesso aos serviços de saúde (BEZERRA et al., 2014).

Ainda que algumas experiências ressaltem que esse *locus* tenha se consolidado como importante dispositivo na construção de novos modos e práticas em saúde mental, outros estudos apontam entraves intervenientes para a resolubilidade do cuidado às pessoas com transtornos mentais, na Atenção Primária (BEZERRA et al., 2014).

Dessa forma, a resistência dos profissionais para o atendimento a esses sujeitos, somados a transferências e encaminhamentos excessivos, dificuldade de estabelecer serviços de referência e contrarreferência, unidades de saúde com infraestruturas precárias e práticas clínicas biomédicas centradas na medicamentação são descaminhos para a resolubilidade do cuidado em saúde mental nesse nível de atenção (BEZERRA et al., 2014).

Conforme o exposto percebe-se a relevância da APS em trabalhar a questão da saúde mental do usuário e seus desdobramentos. Neste sentido este estudo tem como objetivo descrever o histórico de atendimento em saúde mental dos usuários atendidos em uma Unidade Básica de Saúde, com ênfase nos encaminhamentos e acompanhamentos realizados.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva com a apresentação parcial dos dados coletados por meio de 119 “Fichas de acompanhamento em Saúde Mental”, elaboradas pelo presente projeto a fim de acompanhar os pacientes em sofrimento/transtorno mental cadastrados na área de abrangência da UBS.

As fichas elaboradas são compostas pelas seguintes variáveis: idade, uso de psicotrópico, patologia associada, histórico de transtorno mental, encaminhamento para psiquiatria, acompanhamento por algum serviço especializado em saúde mental e realização da estratificação de risco em saúde mental.

O procedimento de coleta de dados foi realizado por meio da identificação dos usuários na relação de pacientes em sofrimento/transtorno mental, obtidos pelo sistema gestor, utilizado pelas equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e posterior inclusão destes, nas fichas de acompanhamento em saúde mental. Os dados analisados no presente estudo incluíram: histórico de transtorno mental, encaminhamento para psiquiatria, acompanhamento por algum serviço especializado em saúde mental e realização da estratificação de risco em saúde mental.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Em conformidade com a análise dos dados coletados das 119 fichas de acompanhamento em Saúde Mental, constatou-se que a maioria (59,7%) destes pacientes que fazem ou já fizeram uso de medicamentos psicotrópicos não possuem históricos de transtorno mental. Dentre os que possuem históricos (40,3%), prevaleceu à ocorrência de diagnósticos como ansiedade generalizada (25,6%), episódio depressivo leve (23%), episódio depressivo moderado (17,9%) e transtorno ansioso não especificado (15,3%). Estudos epidemiológicos mostram que milhões de pessoas sofrem algum tipo de doença mental no mundo e que este número vem sofrendo um aumento progressivo, principalmente nos países em desenvolvimento (TADOKORO, 2012).

De acordo com as fichas pesquisadas, há um predomínio de transtornos relacionados à ansiedade e à depressão. O grande número de indivíduos com estes diagnósticos ocorre não só atualmente, mas são significativos e vêm crescendo com o passar dos anos. Pedro e Viana (2009) citam um estudo realizado em 1997 no Brasil sobre a prevalência de transtornos psiquiátricos na comunidade de três capitais brasileiras e os transtornos de ansiedade foram os que tiveram maior incidência (TADOKORO, 2012).

Casos com sintomas ansiosos, depressivos ou somatoformes, mesmo não satisfazendo todos os critérios diagnósticos de doença mental, apresentam uma elevada prevalência na população adulta. (MENEZES, 1996; COUTINHO, 1996 apud TADOKORO, 2012).

Na questão sobre os encaminhamentos, de acordo com o Protocolo de Encaminhamento para Psiquiatria, que possui como objetivo definir se o usuário necessita de encaminhamento para um especialista, foi listado as condições clínicas que devem nortear os encaminhamentos. Na prática, o usuário passa por uma triagem com o clínico geral, onde ele deve analisar suas condições físicas e mentais, a partir daí, havendo estratificação de risco ou não, sendo esta uma prática não tão comum, o paciente pode ser encaminhado para um serviço especializado existente na cidade (REDESUS, 2016).

Foi possível observar que 17,6% dos usuários tiveram encaminhamentos para locais específicos de tratamento sendo estes: Hospital Municipal, CAPS II e CAPS Canção. Entretanto, 82,4% dos pacientes não tiveram o mesmo desfecho. Tais resultados reforçam a necessidade de que as equipes da Atenção Básica de Saúde - em especial a Estratégia Saúde da Família - estejam capacitadas para o atendimento de pessoas com transtornos mentais de menor gravidade, para além do habitual encaminhamento para serviços especializados (RIBEIRO et al., 2009).

Todavia, na prática ainda se identifica baixa efetividade no atendimento a pacientes com queixas na área da saúde mental no nível primário de sistemas de saúde. Um dos fatores que reduz a qualidade desse atendimento é a incapacidade dos profissionais em diagnosticar corretamente e de cuidar das patologias mentais presentes na sua clientela habitual. A presença de sofrimento mental nos pacientes atendidos na rede básica de saúde costuma passar despercebida, apesar de sua prevalência (RIBEIRO et al., 2009).

Sobre o acompanhamento dos pacientes, 85,7% não realizaram nenhum tipo de acompanhamento. Dos que realizaram o acompanhamento 88,2% foram direcionados ao profissional psicólogo e 11,8% para o psiquiatra. O acompanhamento é um recurso de continuidade do cuidado e depende do ritmo de trabalho da equipe, das condições materiais do serviço e da rede e, sobretudo, do manejo de situações e acontecimentos inesperados (SCHMIDT, 2009). Por isso, é responsabilidade de todos os profissionais garantir o acompanhamento, além de zelar para que este seja de qualidade.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando a saúde mental dos usuários, faz-se pertinente ressaltar a importância da implementação de treinamentos de forma contínua para os profissionais da Atenção Básica que permanecem próximos aos usuários, para que os pacientes em sofrimento/transtornos mentais possam ser recebidos, atendidos, encaminhados e orientados por meio de uma assistência de qualidade.

Além disso, é evidente a necessidade de garantir a busca e continuidade do acompanhamento destes pacientes pela Unidade Básica de Saúde, assim como investir na prevenção e promoção da saúde mental levando em consideração os históricos de maior prevalência de transtorno mental na área de abrangência.

#### **REFERÊNCIAS**

BEZERRA, Indara Cavalcante et al. *“Fui lá no posto e o doutor me mandou foi pra cá”*: processo de medicamentação e (des)caminhos para o cuidado em saúde mental na Atenção Primária. Interface Comunicação Saúde Educação. 2014; v. 18, n. 48, p. 61-74.

Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832014000100061&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832014000100061&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em 31 Ago. 2017.

MARAGNO, Luciana et al. *Prevalência de transtornos mentais comuns em populações atendidas pelo Programa Saúde da Família (QUALIS) no Município de São Paulo, Brasil*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 8, p. 1639-1648, ago, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n8/12.pdf>>. Acesso em 31 Ago, 2017.

REGULA SUS. *Atendimento para médicos e enfermeiros da APS/AB do Brasil*. Telessaúde RS – UFRGS: Porto Alegre, 2016. Disponível em: <[https://www.ufrgs.br/telessauders/documentos/protocolos\\_resumos/Psiquiatria.pdf](https://www.ufrgs.br/telessauders/documentos/protocolos_resumos/Psiquiatria.pdf)>. Acesso em 31 Ago. 2017.

RIBEIRO, Mário Sérgio et al. *Comparação da assistência em saúde mental em unidades básicas de saúde com ou sem equipe do Programa de Saúde da Família*. Rev. Psiquiatr, v. 31, n. 1, p. 40-50, 2009. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-81082009000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082009000100009&lng=en&nrm=iso)>. access on 03 Sept. 2017.

SCHMIDT, Moema Belloni; FIGUEIREDO, Ana Cristina. *Acesso, acolhimento e acompanhamento: três desafios para o cotidiano da clínica em saúde mental*. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 130-140, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v12n1/a09v12n1>>. Acesso em 31 Ago. 2017.

TADOKORO, Daize Carvalho. *Transtornos mentais na atenção primária: uma reflexão sobre a necessidade de organizar e acolher a demanda dos usuários do SUS*. 2012. p. 1-22. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Minas Gerais, Uberaba MG.

## Sessão 13 – Texto 042

### Diagnóstico laboratorial da tuberculose e infecções causadas por micobactérias não tuberculosas (2016-2017)

Área Temática: Saúde

**Bruna Renata Silva<sup>1</sup>, Jacqueline Busatta<sup>2</sup>, Luciana Dias Ghiraldi Lopes<sup>3</sup>, Katiany R. Caleffi-Ferracioli<sup>3</sup>, Regiane Bertin L. Scodro<sup>3</sup>, Vera Lúcia D. Siqueira<sup>3</sup>, Rosilene F. Cardoso<sup>3</sup>**

<sup>1</sup>Aluna do curso de Biomedicina, bolsista EXTENSÃO/UEM, contato: bruna-emilio@hotmail.com

<sup>2</sup>Aluna do curso de Biomedicina, contato: jacquelinebusatta@hotmail.com

<sup>3</sup>Professora no Departamento de Análises Clínicas e Biomedicina, contato: ldghiraldi@gmail.com; katianyrcf@gmail.com; regianebertin@gmail.com; vldsiqueira@gmail.com; rfressatticardoso@gmail.com

**Resumo.** A tuberculose (TB) é uma doença infecto contagiosa causada pelo bacilo *Mycobacterium tuberculosis*. Em 2015 foram notificados 10.4 milhões de novos casos de TB, dos quais 1.2 milhões de indivíduos co-infectados com HIV no mundo. O diagnóstico laboratorial é feito principalmente pela baciloscopia por se tratar um método rápido, simples e barato, porém sua sensibilidade não é muito alta. A cultura é o padrão-ouro para diagnóstico da doença, mas não é solicitada com frequência pela sua execução ser mais difícil e pelo longo tempo até que se obtenha o resultado. O objetivo do projeto foi realizar a cultura diagnóstica das 1ª amostras de escarro negativas pela baciloscopia a partir de 306 pacientes registrados, provenientes de 1572 exames liberados pela rotina do LEPAC/UEM. O nosso projeto vem reforçar a utilidade da realização da cultura em todas as amostras de escarros.

**Palavras-chave:** Tuberculose – Cultura – Baciloscopia

## INTRODUÇÃO

A tuberculose (TB) é uma doença infecto contagiosa causada pelo bacilo *Mycobacterium tuberculosis*. Embora vários órgãos possam ser acometidos na tuberculose extrapulmonar, a doença afeta principalmente os pulmões, uma vez que a transmissão é relacionada a veiculação aérea, através da tosse de indivíduos doentes. Em 2015 foram notificados 10.4 milhões de novos casos de TB, dos quais 1.2 milhões de indivíduos co-infectados com HIV no mundo (WHO, 2016). A distribuição geográfica da TB no Brasil concentra-se nos grandes centros urbanos, capitais e regiões metropolitanas, localidades pobres, com baixo nível de escolaridade e serviços de saúde escassos. Os indivíduos mais acometidos concentram-se na população economicamente ativa, de 15 a 54 anos de idade e do sexo masculino, duas vezes mais em relação às mulheres (OLIVEIRA JUNIOR; MENDES; ALMEIDA, 2015).

Dentre os sinais e sintomas gerais da doença, pode-se apresentar emagrecimento, febre, astenia, anorexia, cefaleia e sudorese. Já entre os sinais e sintomas respiratórios mais comuns estão a dispneia, expectoração, dor, tosse seca, hemoptise e cianose (BETHLEM, 1985).

O diagnóstico rápido e preciso da TB e o início precoce do tratamento são

fatores de grande relevância na redução do risco de contaminação. Sendo assim, as principais metodologias utilizadas no Brasil para o diagnóstico laboratorial da TB são a baciloscopia, a cultura e a Reação em Cadeia da Polimerase (PCR), sendo a PCRa ferramenta mais recente implantada no Brasil pelo Ministério da Saúde em 2014, para o diagnóstico da TB. A baciloscopia é o método mais utilizado na rotina devido a sua fácil execução, baixo custo e simplicidade. Apesar de apresentar maiores dificuldades para sua realização, a cultura é o padrão ouro para o diagnóstico de TB devido a sua alta sensibilidade e especificidade (OLIVEIRA et al., 2016).

A baciloscopia possui algumas desvantagens, apresentando algumas limitações para sua capacidade de diagnóstico. A principal delas é a sua sensibilidade, capaz de identificar apenas de 25 a 65% dos indivíduos doentes, por ser necessária uma quantidade acima de 10.000 bacilos/mL de escarro para que seja possível a visualização dos BAAR ao microscópio óptico (OLIVEIRA et al., 2016). Por esse motivo, o projeto teve como objetivo realizar a cultura pela metodologia de Ogawa-Kudoh de amostras de escarro de pacientes sintomáticos para TB, com baciloscopia negativa, a fim de diagnosticar possíveis portadores de BAAR que não foram identificados pela microscopia.

## **METODOLOGIA**

Foram realizadas, durante o período de 01 de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017, culturas das 1ª amostras de escarros, de indivíduos com diagnóstico negativo para BAAR, pela baciloscopia, de pacientes atendidos pelo Laboratório de Ensino e Pesquisa em Análises Clínicas (LEPAC) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). As amostras foram descontaminadas pela metodologia de *OgawaKudohe* e semeadas em meio de *Ogawa*, incubadas a 35-37°C, durante 60 dias em aerobiose. Quando observado crescimento bacteriano, a identificação das colônias suspeitas de *M. tuberculosis* foi realizada por microscopia, provas bioquímicas e posteriormente por biologia molecular utilizando-se a PCR (FERRI et al., 2014).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Durante o período de 01 de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017 foram registradas pelo projeto de extensão 306 amostras de escarro a partir dos 1572 exames liberados pela rotina do LEPAC. Destes exames, 1473 amostras foram negativas (93,7%) e 99 positivas (6,3%) pela baciloscopia. Das 1572 amostras negativas, a rotina realizou 576 culturas que haviam sido solicitadas pelo médico (36,6%). As culturas realizadas pelo projeto de extensão foram feitas a partir da 1ª amostra de escarro (com diagnóstico negativo pela baciloscopia) utilizando-se o meio de cultura *Ogawa Kudoh*. Dos 306 pacientes registrados pelo projeto, 220 eram do sexo masculino (71,9%) e 86 do sexo feminino (28,1%). Dentre o total dos pacientes, 3 eram crianças (0,98%) e 30 não foi possível determinar a idade (9,8%).

Do total de culturas realizadas, 134 não apresentaram crescimento (43,8%), 82 foram contaminadas (26,8%) e 10 amostras positivas foram utilizadas como controle de meio (3,3%). Foram descartadas 80 amostras (26,1%), sendo 36 devido ao conteúdo insuficiente de material para realização do processamento (45%) e 44 por conterem contaminação por fungos (55%). O projeto vem com o objetivo de reforçar a utilidade da realização da cultura de todas as amostras de escarros com intuito de pesquisa de

BAAR (Bacilos Álcool-Ácido-Resistente), uma vez que a sensibilidade da cultura é superior a baciloscopia.

De acordo com o Ministério da Saúde, o gênero masculino e o grupo etário 45-59 anos apresentam as maiores taxas de incidência de TB (CONDE et al., 2009), assim como demonstrado nas estatísticas do grupo de pacientes registrados pelo projeto.

Ainda que a baciloscopia seja o método mais utilizado para o diagnóstico da TB, a cultura ainda é o padrão ouro para confirmação diagnóstica da doença (OLIVEIRA et al., 2016). Embora neste período de estudo nenhuma positividade na cultura para *M. tuberculosis* tenha sido observada, a continuidade do estudo se fundamenta em resultados prévios onde a abordagem de pacientes com baciloscopia negativa e cultura positiva foi fundamental para o início precoce da terapia. As culturas são mais sensíveis e específicas quando comparadas à microscopia, permitindo também a realização de testes de sensibilidade que, além de orientar a terapia antibiótica, são de fundamental importância para o monitoramento do tratamento a fim de evitar a seleção de cepas resistentes que podem piorar o estado clínico do paciente (FERREIRA et al. 2005).

## CONCLUSÃO

O projeto vem reforçar a utilidade da realização da cultura de todas as amostras de escarros com objetivo de pesquisar Bacilos Álcool-Ácido-Resistente (BAAR), uma vez que a sensibilidade da cultura é superior a baciloscopia.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Laboratório de Bacteriologia Médica da UEM e ao LEPAC/UEM pela disponibilização das amostras, materiais e equipamentos para a realização do projeto e ao suporte dado pelas professoras que nos acompanharam no desenvolvimento do mesmo.

## REFERÊNCIAS

CONDE, Marcus Barreto et al. III Diretrizes para Tuberculose da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. J. bras. pneumol., São Paulo, v. 35, n. 10, p. 1018-1048, Oct. 2009

DE SOUZA, Marcus Vinícius Nora; VASCONCELOS, Thatyana Rocha Alves. *Fármacos no combate à tuberculose: passado, presente e futuro*. Química Nova, v. 28, n. 4, p. 678, 2005.

FERREIRA, A.A.A., et. al. “Os fatores associados à tuberculose pulmonar e a baciloscopia: uma contribuição ao diagnóstico nos serviços de saúde pública”, In: Rev. Bras. Epidemiol., v.8, n.2, p.142-149, 2005.

FERRI, Anise Osório et al. *Diagnóstico da tuberculose: uma revisão*. Revista Liberato, v. 15, n. 24, 2014.

OLIVEIRA JUNIOR, Hamilton dos Santos; MENDES, Dayanna Hartmann Cambuzzi; ALMEIDA, Rodrigo Batista de. Prevalência de Casos de Tuberculose Durante os Anos de 2002 a 2012, no Município de Palmas-Paraná, Brasil. Revista de Saúde Pública de Santa Catarina, v. 8, n. 1, p. 43-57, 2015.

OLIVEIRA, Gabriel da Silva et al. *Identificação laboratorial de micobactérias em amostras respiratórias de pacientes com suspeita de tuberculose pulmonar no Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal (LACEN-DF)* doi: 10.12662/2317-3076jhbs. v4i3. 712. p187-192.2016. *Journal of Health & Biological Sciences*, v. 4, n. 3, p. 187-192, 2016.

PEREIRA, Alessandra Gonçalves Lisbôa et al. *Distribuição espacial e contexto socioeconômico da tuberculose*, Rio de Janeiro, Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 49, p. 1-9, 2015.

WHO. *Global tuberculosis report 2016*. Switzerland: World Health Organization; 2016.

BETHLEM, Newton. 4—Tuberculose. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, v. 11, n. 4, p. 214-218, 1985.

## Sessão 13 – Texto 044

### Experimento do bafômetro e efeitos do uso abusivo de álcool nas funções do sistema nervoso central

Área Temática: Saúde

Tuany C. Bernardi<sup>1</sup>, Luiz H. Domingues<sup>2</sup>, Fernanda L. A. de Almeida<sup>3</sup>, Juliana Vanessa C. Martins Perles<sup>4</sup>, Simone Fiori<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Aluna de graduação em Biomedicina – bolsista PIBEX/UEM, contato: tuany\_bernardi@hotmail.com

<sup>2</sup>Aluno de Ciências Biológicas – bolsista DEX/UEM, contato: ra90432@uem.br

<sup>3</sup>Prof.<sup>a</sup> Departamento de Ciências Morfológicas – DCM/UEM, contato: flaalmeida@uem.br

<sup>4</sup>Prof.<sup>a</sup> Departamento de Ciências Morfológicas – DCM/UEM, contato: jjvcm77@gmail.com

<sup>5</sup>Prof.<sup>a</sup> Departamento de Ciências – DCI/UEM, contato: simonefiori13@gmail.com

**Resumo.** *O uso abusivo de substâncias alcoólicas pode gerar complicações em alguns órgãos como esteatose hepática, gastrite, cirrose hepática, pancreatite, demência e câncer. Além disso, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) em 2014, foram registradas 172.780 mil internações relacionadas a acidentes de trânsito, sendo que 24,3% dos motoristas afirmam que assumem a direção do veículo após ter consumido bebida alcoólica. Este assunto é abordado no laboratório de Química do Museu Dinâmico Interdisciplinar (MUDI), através do experimento que simula o bafômetro, que é um método analítico para dosar a quantidade de álcool presente no ar expirado. A relevância deste conteúdo aplicado está nas visitas serem, em parte, de maiores de 18 anos e aptos à direção. O intuito foi de sensibilizar a população alcançada para os riscos inerentes ao abuso de álcool e posterior direção de um veículo, mostrando visualmente as alterações químicas do experimento.*

**Palavras-chave:** Bioquímica – Trânsito – Bafômetro

## INTRODUÇÃO

Os museus de divulgação científica e tecnológica têm sido apontados por diversos autores como locais de ganho de conhecimentos científicos e culturais, atualização de conceitos e complementação da educação formal. Na UEM, vários projetos voltados à comunidade leiga, aos professores e alunos do Ensino Fundamental e Médio, Ensino Técnico, Ensino Superior e comunidade em geral são desenvolvidos no Museu Dinâmico Interdisciplinar (MUDI). O MUDI tem por objetivo promover a interação entre o saber

popular e o saber científico, fortalecendo o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, cultura e extensão, voltadas a interdisciplinaridade (texto similar foi colocado no resumo do Rafael). Por meio da educação não formal, estabelece-se meios de transferir o conhecimento científico para a linguagem do cotidiano, alertando a população em questão sobre alguns perigos e precauções referentes à saúde e bem estar coletivo.

A classificação Internacional das doenças (CID-10), estabeleceu diretrizes como parâmetro para indicar dependência do álcool. Dentre elas: desejo intenso de ingerir composto alcoólico, apresentar quadros de abstinência, desejo de suprimir o uso da substância, mas com repetidos insucessos e angariar tolerância às doses, sendo necessário

umentar a quantidade ingerida para se ter o mesmo efeito. Assim, caso o indivíduo apresente três dessas diretrizes denomina-se dependência (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1994).

No Sistema Nervoso Central (SNC), o álcool etílico ou etanol é uma droga psicodpressora de caráter sedante hipnótico. Por ser um produto depressor, inibe o córtex cerebral, podendo gerar no condutor um cansaço maior do que o normal, sonolência, e também fadiga muscular e sensorial. As interações mentais primeiramente afetadas são as que dependem da aprendizagem e da experiência prévia. Os níveis mais finos de discriminação, a memória, a concentração e o critério diminuem (MURDOCH, 1979). O tempo de reação à estímulos externos também diminui, envolvendo, inclusive, a questão da aprendizagem. Com o hábito, processos são aprendidos e reproduzidos. Contudo, em indivíduos que consomem bebida alcoólica cronicamente, o tempo de reação ao estímulo da aprendizagem vai diminuindo gradualmente. Com isso, estes indivíduos têm seu processo de aprendizagem mais dificultado (CHOCHOLLE, 1972).

Segundo o relatório global sobre álcool e saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que, no Brasil, o uso de bebidas alcoólicas foi o fator causador de acidentes de trânsito de 18% entre homens e 5,2% entre mulheres, no ano de 2012. Em nível mundial, 15% das mortes registradas são atribuídas a acidentes causados pelo uso excessivo de álcool (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2014). No Brasil, a violência no trânsito é uma das principais causas de mortes. Em 2014, foram registradas 172.780 mil internações relacionadas a acidentes de trânsito. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), 24,3% dos motoristas afirmam que assumem a direção do veículo após ter consumido bebida alcoólica (SZWARCOWALD, 2014).

Com o crescente número de acidentes causados pelo uso abusivo de álcool, e os gastos gerados no Sistema Único de Saúde (SUS), foi sancionada a lei Nº 12.760, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012. Esta lei reforça a já conhecida “Lei Seca”, e amplia as possibilidades de infração no trânsito para qualquer substância psicoativa. Segundo a lei, caracteriza-se como infração quando o indivíduo tem 0,05 mg de álcool por litro de ar alveolar expirado, ou demonstre alterações psicomotoras como na fala e andar.

Após a ingestão de bebidas alcoólicas, sua maior parte é absorvida no intestino delgado, lançada à corrente sanguínea e, posteriormente, metabolizada no sangue. Cerca de 2% da quantidade ingerida chega ao sangue. Para dosar a quantidade no sangue, usa-se o ar expirado, que é o ar alveolar. O ar dos pulmões saturado com o etanol contido no sangue, através do processo de difusão envolvido nas trocas gasosas do metabolismo humano, é usado para monitoramento (ANDRADE, 2001).

Para monitorar o uso de álcool no trânsito, foi estabelecido o uso regular de Etíômetros (bafômetros) pelos policiais. O bafômetro, a partir do ar alveolar expirado do indivíduo, dosa os níveis de álcool no plasma, e é um método rápido e eficiente. Outras análises são feitas por métodos cromatográficos, demasiadamente caros. Outro teste seria do álcool excretado na urina, porém a reação não dá a quantidade de álcool ingerida no momento da infração, e sim após intervalo de 2 horas. Portanto, o bafômetro mostra-se o modelo de análise de álcool plasmático mais rápido e eficaz (FERREIRA, 1997).

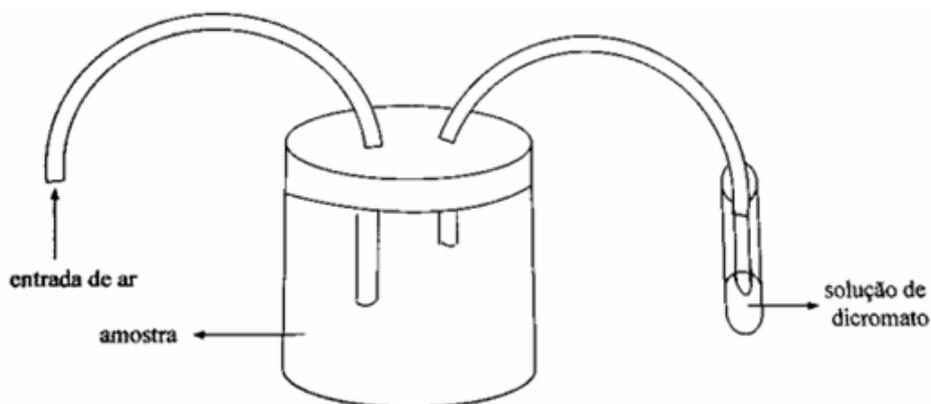
## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Inicialmente, no ano de 2017 ocorreram palestras e cursos de capacitação para os

monitores do MUDI, para que as atividades a serem desenvolvidas, ao longo do ano, pudessem transcorrer dentro das normas de segurança no laboratório de Química e com conhecimento científico adequado. Desta forma, desenvolveram-se subsídios para que se pudessem abordar e atender a comunidade e as escolas interessadas ao longo do período, de acordo com a necessidade e solicitação de cada escola durante o atendimento das visitas. Mediante agendamento prévio por parte das instituições e escolas interessadas, os atendimentos foram realizados junto com a coordenação do MUDI.

O experimento do bafômetro foi realizado no laboratório de Química do MUDI. Todos os reagentes e procedimentos utilizados foram segundo o já estabelecido em literatura, explicado de forma didática e só realizado para visitantes acima de 18 anos.

**Materiais:** 4 frascos (garrafas PETS recicláveis de 500 mL) com tampas vedadas e mangueirinhas adaptadas às tampas (Figura 1).; 5 tubos de ensaio; e 1 estante para tubo de ensaio. **Reagente:** Solução de dicromato de potássio em meio ácido ( $K_2Cr_2O_7/H_2SO_4$ ). **Amostra:** álcool comercial e água.



**Procedimento:** Em cada tudo de ensaio, foram colocados 2 mL da solução ácida de dicromato de potássio. Em diferentes frascos PET foram adicionados 20 mL de amostra (álcool, água, e água/álcool), mergulhando a mangueirinha maior na solução de dicromato de potássio, conforme ilustrado na figura 1. A seguir, o monitor assoprou pela mangueirinha de entrada ar, para que o ar expirado entrasse em contato com a amostra e posteriormente o ar em contato com a solução ácida de dicromato de potássio.

Foi utilizado um tubo com dicromato de potássio como solução padrão, para comparação de cor após a reação com a amostra. Comparando-se os tubos, observa-se a mudança de cor. A solução de dicromato de potássio possui coloração laranja; conforme reage<sup>27</sup> com o etanol, há uma mudança<sup>3</sup> de cor para um tom esverdeado<sup>3</sup>. Esta mudança de cor decorre da reação de óxido-redução envolvida na presença de álcool, sendo assim possível quantificar o etanol presente. O álcool introduzido na reação interage com o dicromato de potássio produzindo um aldeído; em uma segunda etapa, o aldeído é oxidado à um ácido carboxílico, com correspondente redução dos íons  $Cr^{6+}$  para íons  $Cr^{3+}$ . A equação global da reação do dicromato de potássio com o etanol é demonstrada abaixo:  $2CrO_4^{2-}(aq) + 16H^+(aq) + 3CH_3CH_2OH \rightarrow 4Cr^{3+}(aq) + 3CH_3COOH + 11H_2O(l)$

## RESULTADOS:

Por conta da grande relevância para a saúde pública, e as implicações educacionais envolvidas, no laboratório de química do MUDI foi adotado o experimento do Bafômetro, visando a sensibilização dos visitantes quanto ao uso abusivo de bebidas alcoólicas. Os experimentos aconteceram às quartas-feiras no período da noite, com os visitantes do MUDI maiores de 18 anos. Foram atendidos cerca de 1.063 visitantes, concentrados no período noturno, e eles se mostraram interessados e curiosos com a abordagem deste tema. Foram instigados a formular um pensamento crítico sobre os efeitos pessoais e coletivos diante do uso abusivo do álcool.

## CONCLUSÃO

Considerando que o MUDI é um ambiente de educação informal que recebe adultos do ensino superior, técnico e população em geral acima de 18 anos e que esse público é passível de uso alcoólico, esse trabalho possibilitou a explanação e demonstração de forma lúdica e eficaz, demonstrando as transformações química e bioquímicas do álcool no corpo humano, com posterior explanação dos efeitos gerados pelo álcool no nosso organismo.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, João Carlos de. COSCIONE, Aline Renée, maio de 2001. *Simulação de um bafômetro*. Disponível em: <http://chemkeys.com/br/2001/05/25/simulacao-de-um-bafometro/> Acesso em 03/09/2017.

FERREIRA, Geraldo A. Luzes; MÓL, G. de S.; SILVA, RR da. *Bafômetro: um modelo demonstrativo*. Química nova na escola, n. 5, p. 32-33, 1997.

CHOCHOLLE, T., Los tiempos de reacción. Em: FRAISE, P. & PIAGET, J. (eds), *Sensation y motricidad*. Paidós, 1972.

MURDOCH, R. J. *Los alcoholes alifáticos*. In: GOODMAN, A. e cols: *Las bases farmacológicas de la terapéutica*. Panamericana. 379-393, 1979.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. CID-10: Classificação Estatística Internacional de Doenças com disquete Vol. 1. Edusp, 1994.

PLANALTO, ato 2011-2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12760.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12760.htm). Acesso em 01/09/2017

SZWARCWALD, Celia Landmann et al. *Pesquisa Nacional de Saúde no Brasil: concepção e metodologia de aplicação*. 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION; WORLD HEALTH ORGANIZATION.

MANAGEMENT OF SUBSTANCE ABUSE UNIT. *Global status report on alcohol and health*, 2014. World Health Organization, 2014

## Sessão 13 – Texto 045

# O Álcool como antisséptico e desinfetante– Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Medicamentos e Cosméticos

Área Temática: Saúde

**Maria Caroline G. Bagli<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Aluna do Curso de Farmácia da Universidade Estadual de Maringá, bolsista PIBIS/UEM, contato: carolgoncalvesbagli@hotmail.com

***Resumo.** A atenção à saúde é constantemente desafiada por infecções relacionadas aos procedimentos assistenciais, que resultam em aumento na gravidade das doenças, no tempo de internação, na mortalidade e nos custos. O álcool possui propriedades microbidas reconhecidamente eficazes para eliminar os germes mais frequentemente envolvidos nestas infecções, sendo imprescindível na realização de ações simples de prevenção como a antisepsia das mãos, a desinfecção do ambiente e de artigos médico-hospitalares. Além disto, é adquirido com baixo custo, possui fácil aplicabilidade e toxicidade reduzida.*

***Palavras-chave:** Álcool- Antissepsia- Desinfecção*

## 1. INTRODUÇÃO

A atenção à saúde é constantemente desafiada por infecções relacionadas aos procedimentos assistenciais, que resultam em aumento na gravidade das doenças, no tempo de internação, na mortalidade e nos custos. A adoção de medidas básicas de prevenção pode reduzir a incidência e a gravidade destas infecções. Ações simples, como a higienização das mãos e o controle de fontes ambientais, apresentam baixo custo e grande sucesso na prevenção da transmissão de infecções e na interrupção de surtos em estabelecimentos de saúde (Santos et al., 2014). O álcool etílico é usado como antisséptico e desinfetante, e sua concentração ideal é de 70%. Ele age rapidamente sobre bactérias vegetativas (inclusive micobactérias), vírus e fungos, mas não é esporicida. Por isso não se recomenda para esterilização, apenas para desinfecção de superfícies e antisepsia de pele. Atua por meio do rompimento de membranas, com rápida desnaturação de proteínas e consequente lise celular (Wannmacher et al., 2010).

O Monitoramento Ambiental é balizador das medidas preventivas a serem executadas na organização ou no meio ambiente e determinante na manutenção dos níveis dos agentes nocivos dentro de patamares seguros, o monitoramento pode ser de caráter puramente ambiental ou ambiental ocupacional e objetiva definir ações para neutralização ou mitigação de agentes nocivos potencialmente causadores de danos ao homem ou ao meio ambiente. (Borba et al, 2016). O monitoramento ambiental são observações feitas por medições de acordo com um método definido e planejado para provar evidência do desempenho de uma instalação, assim mede-se e avaliam-se sistematicamente a quantidade de micro-organismos vivos presentes nesses ambientes e orientam-se medidas preventivas e corretivas para eliminar possíveis focos de contaminação.

Por fim, em atendimento a comunidade universitária, ocorreu a produção de

álcool 70%, em um ambiente monitorado. O álcool é um desinfetante importante para o ambiente assistencial e um antisséptico excepcional, por possuir características microbicidas direcionadas aos microrganismos mais frequentes neste meio, possuir fácil aplicabilidade, baixo custo e reduzida toxicidade.

## **2. DESENVOLVIMENTO (MATERIAIS E MÉTODOS)**

### **Monitoramento ambiental**

O controle da contaminação microbiana associada com as pessoas é um dos elementos mais importantes do programa de controle ambiental, pode ocorrer a partir da disseminação de micro-organismos por indivíduos, particularmente aqueles com infecções ativas e, portanto, apenas indivíduos saudáveis devem ser autorizados a acessar ambientes controlados. A boa higiene pessoal, atenção cuidadosa nos procedimentos, e funcionários apropriadamente paramentados, é de grande importância para a manutenção da integridade dos ambientes controlados (Xavier et al., 2013).

Abaixo segue o procedimento da análise.

### **2.1. Controle do Ar Ambiental- Processo Passivo**

#### **a) Procedimento para o Preparo das Placas:**

Utilizar meio de cultura Ágar Caseína e Soja - TSA; Preparar, segundo o fabricante, 200 mL de TSA para a exposição na área de Sólidos; Selecionar placas de 200 x 20 mm e acondicionar em embalagem apropriada (papel Kraft, sacos plásticos INCOPAK, ou alumínio); Esterilizar o meio de cultura e as placas em autoclave a 121°C por 30 minutos. Caso o meio de cultura não seja utilizado no mesmo dia, armazená-lo em geladeira a 4°C por no máximo 15 dias, enquanto que as placas devem ser levadas para estufa a 105°C para secagem da umidade por 1 hora; Fundir o meio e asépticamente, distribuí-lo nas placas já secas e resfriadas, num volume aproximado de 40 mL por placa. Deixar o meio solidificar e levar as placas para estufa 37°C por 48 horas; Decorrido este período, selecionar as placas que não apresentaram crescimento microbiano e guardar na geladeira até o momento da exposição. Descartar as placas com crescimento e descontaminar por 30 minutos a 121°C; Manter as placas armazenadas na geladeira por um período máximo de 15 dias, envolvendo as mesmas em película de parafilme (filme plástico);

#### **b) Procedimento de Amostragem do Ar Ambiental – Exposição de Placas:**

Abrir ficha de exposição ambiental e identificar cada ponto com o número dos locais em que ficarão expostas; Nas placas, identificar o número do ponto a ser amostrado; Colocar as placas em caixa fechadas, previamente limpas e desinfetadas, as quais serão encaminhadas para as áreas produtivas. Nos locais previamente determinados, abrir as placas e expor ao ambiente durante 30 minutos. Após a exposição, fechar as placas e recolhê-las novamente para a caixa e encaminhá-las ao laboratório de Análise Microbiológica;

#### **c) Incubação e Leitura:**

Retirar as placas, levá-las para a estufa a 37°C e deixar incubadas por 48 horas. Anotar a quantidade de colônias formadas e levar para estufa a 25°C por mais 72 horas. Contar o total de colônias formadas e preencher a ficha de exposição ambiental. Registrar o total de colônias no laudo do controle ambiental.

#### d) Limites

De acordo com levantamento realizado pelo laboratório em suas análises de controle ambiental dos anos de 2000 a 2003, foi feita uma média de crescimento de bactérias e fungos a temperaturas de 37°C e 25°C. Assim, será tomado como limite de alerta, aproximadamente a média acrescida de 50% desse valor, e da mesma forma, como limite de ação a média acrescida de 100%.

#### Produção de álcool 70%

Foram realizadas produções iniciando-se com 48 L, 24 L e 24 L de álcool comercial. Para a produção de álcool 70% iniciando-se com 48 L de álcool comercial:

Os frascos de álcool comercial foram retirados das suas caixas originais e limpos um a um com pano úmido, para evitar sujidades no álcool 70% produzido; Foram adicionados 48 L de álcool comercial na dorna; Foi agitado por 5 minutos, com auxílio do agitador automático, e aguardou-se 5 minutos para estabilização da temperatura; Foi retirado 1 L do álcool presente na dorna, por meio da torneira inferior e com auxílio de proveta de 1 L; Foi medido a graduação e a temperatura do álcool, utilizando-se de alcoômetro de *Gay Lussac* e termômetro; Com os dados obtidos, foi verificado a graduação real com auxílio da tábua da força real dos líquidos espirituosos; Foi aplicado a fórmula:

$$V = \frac{G' + X}{G}$$

Onde,

$$G' = 77^\circ \text{GL}$$

$$V = 48 \text{L}$$

G = Graduação encontrada da intersecção da temperatura x alcoômetro da tábua da força real dos líquidos espirituosos

X = Volume final

Depois de obtido X, subtraiu-se dos 48 L já adicionados, e esta foi a quantidade de água adicionada na dorna com auxílio de dorna auxiliar com marcação de volume; Foi homogeneizado por 5 minutos, com auxílio do agitador automático, e aguardado 5 minutos para estabilização da temperatura; Foi retirado 1 L do álcool presente na dorna, por meio da torneira inferior e com auxílio de proveta de 1 L; Foi medido a graduação e a temperatura do álcool utilizando o alcoômetro de *Gay Lussac* e termômetro; Com os dados obtidos, foi verificado a graduação real com auxílio da tábua da força real dos líquidos espirituosos, e o resultado que pode ser aceito foi de 77 a 82° GL.

Por fim, todo o volume foi acondicionado nos frascos.

#### Resultados

Foram produzidos 92 L de álcool 70% destinados a creche da UEM e departamento de farmácia.

As produções ocorreram nos meses de dezembro de 2016, março e julho de

2017, sendo assim o monitoramento ambiental ocorreu no início desses meses. Seguem as tabelas com os respectivos resultados.

**Tabela 1. Monitoramento Ambiental da Sala de Líquidos**

DEZEMBRO/2016	Resultados				OBS.:
	Bactérias		Fungos		
	37°C	25°C	37°C	25°C	
Sala de líquidos	4	2	2	2	
MARÇO/2017	Resultados				OBS.:
	Bactérias		Fungos		
	37°C	25°C	37°C	25°C	
Sala de líquidos	3	2	2	2	
JULHO/2017	Resultados				OBS.:
	Bactérias		Fungos		
	37°C	25°C	37°C	25°C	
Sala de líquidos	2	1	1	2	

Considerando que os limites do monitoramento ambiental, são os que seguem abaixo, em nenhuma análise eles foram ultrapassados, assim, a sala de líquidos estava adequada para a manipulação do álcool 70%.

**Tabela 2. Limites do Monitoramento Ambiental**

EXPOSIÇÃO DE PLACAS	Sala de líquidos			
	Bactérias		Fungos	
	37°C	25°C	37°C	25°C
Média	4	2	2	2
Limite de Alerta	6	3	3	3
Limite de Ação	8	4	4	4

## CONCLUSÕES

De acordo com o monitoramento ambiental a sala de líquidos da UPM-LEPEMC estava adequada para a manipulação do álcool 70%. Foram produzidos 92 L de álcool 70% destinados a creche da UEM, UPM-LEPEMC e Departamento de Farmácia. O álcool poderá ser utilizado na antissepsia das mãos, desinfecção de ambientes, contribuindo assim para diminuição de bactérias e infecções.

## REFERÊNCIAS

- BORBA, H. *A importância do monitoramento ambiental*. Materias de segurança e saúde ocupacional, 2016.
- CÂMARA, B. *Álcool 70%, antisséptico e desinfetante*. Biomedicina Padrão, 2012.
- DOMINGUEZ, F. P. *Desinfecção e Desinfetantes*, 2014.
- XAVIER, M.P.; VIEIRA, A.A.R.M.; SILVA, A.S.S.; XAVIER, M.A.S.; XAVIER, A.R.E.O. *Importância do monitoramento ambiental em áreas classificadas*. Revista de Biologia e Farmácia, vol 9, num 4, 2013.

## Sessão 13 – Texto 023

# Atendimento Psicoeducacional a crianças com problemas de escolarização e TDAH: compreendendo o processo de mediação

Área Temática: Educação

Willian Gabriel Tavares Costa<sup>1</sup>, Patrícia Barbosa da Silva<sup>2</sup>, Rosana Aparecida Albuquerque Bonadio<sup>3</sup>, Silvana Calvo Tuleski<sup>4</sup>, Luis Donadon Leal<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Aluno do curso de Psicologia, contato: costawgt@outlook.com

<sup>2</sup>Aluna do curso de Psicologia, contato: patricia1.barbosa.da.silva@gmail.com

<sup>3</sup>Prof.<sup>a</sup> Dra. Depto de Psicologia – DPI/UEM, contato: raalbuquerque@uem.br

<sup>4</sup>Prof.<sup>a</sup> Dra. Depto de Psicologia – DPI/UEM, contato: silvanatuleski@gmail.com

<sup>5</sup>Psicólogo da Unidade de Psicologia Aplicada - UPA/UEM, contato: ldleal@uem.br

**Resumo.** Neste artigo se objetiva discutir como o processo de mediação pode ser promotor de desenvolvimento, segundo a Psicologia Histórico-Cultural. Trata-se de um projeto composto por professores, profissionais e alunos da Universidade Estadual de Maringá, realizado na Unidade de Psicologia Aplicada – UPA da mesma Universidade. Os resultados se baseiam em entrevistas e intervenções realizadas com crianças diagnosticadas com TDAH. Foi possível evidenciar que a mediação dos estagiários e das próprias crianças potencializa o desenvolvimento das demais crianças e promove aprendizagem. Para isto, é preciso compreender o desenvolvimento humano como um processo histórico e cultural e, assim, atuar sobre a realidade da criança, a fim de humanizá-la em suas máximas (e possíveis) potencialidades.

**Palavras-chave:** mediação – TDAH – Psicologia Histórico-Cultural

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados das intervenções realizadas no projeto de extensão “Atendimento Psicoeducacional a crianças com problemas de escolarização e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH” durante o ano de 2017, com enfoque ao processo de mediação. O site da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein, afirma que o TDAH é uma doença muito comum, com mais de dois milhões de casos ao ano e indica também que 2,5% dos adultos têm o transtorno (KANOMATA; COSTA, 2016), o que se apresentaria como um problema de pesquisa e de intervenção. Além da grande demanda, há também a questão diagnóstica. Larroca e Domingos (2012) argumentam pela necessidade de revisão dos critérios diagnósticos do denominado transtorno, enquanto Santos e Vasconcelos (2010) discutem a predominância de critérios diagnósticos baseados em aspectos biológicos e comportamentais. Isto se concretiza na afirmação da Associação Brasileira do Déficit de Atenção de que “O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida” (ABDA, 2017, [s/p.]). Tal compreensão impossibilita qualquer forma de atuação, tendo este projeto o objetivo de evidenciar o oposto: ao compreender o desenvolvimento enquanto um processo

submetido à aprendizagem e que a atenção voluntária é desenvolvida, podemos então atuar sobre esse desenvolvimento.

O projeto em questão foi criado em 2013, objetivando o atendimento psicoeducacional a crianças com dificuldades de escolarização e diagnosticadas com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH. Suas atividades acontecem na Unidade de Psicologia Aplicada – UPA, clínica-escola da Universidade Estadual de Maringá – UEM, contando com a participação de estagiários do segundo ao quinto ano da mesma Universidade e dos coordenadores do projeto. Para isto, desenvolve suas intervenções com apoio teórico na Psicologia Histórico-Cultural desenvolvida por Vigotski e colaboradores e no método materialista histórico desenvolvido por Marx e Engels. Os encaminhamentos, em geral, são solicitados pela escola, as quais constataam dificuldades e/ou distúrbios relacionados ao processo de aprendizagem. Frente a tal demanda, foram realizadas vinte e cinco entrevistas a fim de selecionar crianças para participação no projeto, resultando em treze crianças selecionadas. A partir dessa seleção, as crianças foram divididas de acordo com a disponibilidade de horário, já que as atividades ocorrem em contraturno escolar. Ao final das entrevistas, encontramos como dificuldades a língua portuguesa, envolvendo leitura, escrita e linguagem e a matemática. Vale destacar que algumas crianças também são acompanhadas por profissionais da fonoaudiologia da mesma unidade. Dentre os diagnósticos apresentados nas entrevistas iniciais, destacaram-se: TDAH, síndrome do espectro autista e déficit neurológico, além de um caso de surdez total em um dos ouvidos. Para tanto, destacaremos neste trabalho as intervenções realizadas durante o projeto, com ênfase ao processo de mediação.

## **2. A MEDIAÇÃO SEGUNDO A PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL**

A psicologia aqui denominada histórico-cultural tem suas bases nos pressupostos teóricos de Vigotski, Luria, Leontiev, entre outros, adotando o método materialista histórico desenvolvido por Marx e Engels. Segundo Vigotski (1999 [1930]), no desenvolvimento histórico da humanidade foram criados instrumentos físicos (ferramentas) e psicológicos (signos) para domínio do comportamento humano através do domínio da natureza. A partir do momento em que os signos são apropriados, eles modificam as funções psicológicas, tornando o ato em instrumental, ou seja, mediado pelo uso de instrumentos. Para tanto, com o desenvolvimento histórico do indivíduo, os processos naturais são suplantados e recombinaados. Isto possibilita a compreensão de que o desenvolvimento humano se dá pela apreensão dos instrumentos da realidade. Sobre isto, Vigotski (1997 [1930], p. 77, tradução nossa) discute que

Toda forma superior de comportamento aparece em cena duas vezes durante seu desenvolvimento: primeiro, como forma coletiva do mesmo, como forma interpsicológica, como um procedimento externo de comportamento. [...] no momento em que a criança começa a falar para si, pode se considerar como a transposição da forma coletiva de comportamento à prática do comportamento individual.

Sobre a forma interpsicológica, é possível compreender a centralidade das relações sociais no desenvolvimento dos indivíduos. Segundo Marx (1982 [1845]), “[...] a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na sua realidade ela é o conjunto das relações sociais”. Para tanto, Vigotski (2010 [1935]) discute que o

desenvolvimento que o meio já alcançou é o que norteará o desenvolvimento da criança. Nesse processo, podemos compreender a mediação enquanto um processo em que o uso de instrumentos (mediadores) possibilita a apropriação de novos conhecimentos historicamente produzidos, sejam materiais ou imateriais. Nas palavras de Martins (2013, p. 46), “[...] mediação é a interposição que provoca transformações, encerra intencionalidade socialmente construída e promove desenvolvimento, enfim, uma condição externa que internalizada potencializa o ato de trabalho, seja ele prático ou teórico” (MARTINS, 2013, p. 46).

Os instrumentos (ferramentas ou signos) que foram apropriados por outros indivíduos serão apreendidos pela criança por meio da aprendizagem com esses indivíduos, impulsionando o desenvolvimento da criança. Assim sendo, considera-se que os estagiários e as outras crianças, com suas personalidades singulares são mediadores do processo de aprendizagem, pois possibilitam a apreensão dos conhecimentos e, assim, o desenvolvimento de determinada criança. Vigotski (1991 [1935]) discute ainda sobre a Zona de Desenvolvimento Real – ZDR, referente ao desenvolvimento atual da criança e a Zona de Desenvolvimento Proximal – ZDP, aquilo que a criança pode vir a realizar com o uso de instrumentos através da colaboração de alguém com mais conhecimento. Para tanto, a ZDP é o alvo da atuação neste projeto, compreendendo que estagiários e crianças participam ativamente nesse processo, colaborando entre si, pois todos têm algo a ensinar ao outro.

Neste projeto foi possível perceber a importância de mediadores no processo de desenvolvimento. Em relação à mediação proporcionada pelos estagiários, destacamos em primeiro lugar o planejamento de atividades, as quais muitas vezes precisaram passar por um processo de “remodelação”, algo que não buscamos discutir neste trabalho. As atividades têm como objetivo primário avaliar as dificuldades apresentadas na “queixa inicial” de cada criança e posteriormente voltam-se à atuação sobre as dificuldades e potencialidades dessas crianças. Os estagiários atuam como mediadores entre as crianças e as produções humanas, por meio de instrumentos já apreendidos, visando o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Já as crianças atuam como mediadoras entre si. Segundo Vigotski (2010 [1935]), o contato com indivíduos com mais conhecimento possibilita a apreensão de muitos conhecimentos que podem ser compartilhados. No caso das crianças, tendo elas diferentes idades, personalidades, dificuldades e potencialidades percebemos que o contato de uma criança com outra mais potencializada possibilita trocas entre elas. Assim, em uma atividade em que uma criança apresenta certa dificuldade e outra a auxilia, identificamos o processo de mediação. Cabe ressaltar que a aprendizagem com pessoas mais velhas e com mais experiência é qualitativa e quantitativamente superior ao que se aprende com pessoas da mesma idade, mas ambos os casos se tratam de processos de aprendizagem e, por isso, de mediação. O que se medeia são os conhecimentos de um para o outro, em um processo dialético, tendo como mediador o outro nessa relação.

Como afirmam Tuleski e Eidt (2007, p. 538), “[...] distúrbios/dificuldades de aprendizagem precisam ser datados - analisados a partir das condições sociais e econômicas de uma determinada época histórica – e compreendidos no interior da sociedade em que se desenvolvem.”. Além disso, “[...] é de fundamental importância analisarmos a qualidade das mediações estabelecidas em diferentes contextos sociais (como a família e a escola) [...]” (idem, p. 539). Assim, para superar a visão naturalista e biologicista presente nas compreensões sobre o desenvolvimento humano e sobre as

dificuldades de aprendizagem, é preciso compreender tais fatores como dependentes do desenvolvimento cultural do indivíduo, no qual por meio das mediações, ocorre o processo de aprendizagem. Assim, este projeto consegue demonstrar em suas intervenções que via mediação é possível promover processos de aprendizagem, desenvolvimento e consequentemente de superação das dificuldades escolares. Buscamos com isso formar sujeitos conscientes de si e de seu mundo através do desenvolvimento das funções psicológicas exclusivamente humanas, como a atenção voluntária, por meio de um trabalho humanizado e emancipador.

## REFERÊNCIAS

ABDA. O que é o TDAH. *Associação Brasileira Do Déficit De Atenção – ABDA*, Rio de Janeiro, 2017. Acesso em: ago. 2017. Disponível em: <<http://www.tdah.org.br/br/sobre-tdah/o-que-e-o-tdah.html>>.

KANOMATA, E. Y.; COSTA, A. R. *Notícias de saúde: 2,5% dos adultos têm TDAH, o que fazer?* Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein, São Paulo, 2016. Acesso em: ago. 2016. Disponível em: <<https://www.einstein.br/noticias/noticia/2-5-adultos-tem-tdah-o-que-fazer>>.

LARROCA, L. M.; DOMINGOS, N. M. *TDAH: investigação dos critérios para diagnóstico do subtipo predominantemente desatento*. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 113-123, jan./jun., 2012.

MARTINS, L. M. O papel da apropriação dos signos no desenvolvimento psíquico. In: \_\_\_\_\_. *O Desenvolvimento do Psiquismo e a Educação Escolar*. Campinas: Autores Associados, 2013, p. 42-49.

MARX, K. Teses sobre Feuerbach. Transcrito por Fred Leite Siqueira Campos. Moscovo: Edições Progresso Lisboa, 1982 [1845]. Acesso em: ago. 2017. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>>.

SANTOS, L. F.; VASCONCELOS, L. A. *Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade em crianças: uma revisão interdisciplinar*. Psicologia: teoria e pesquisa, Brasília, v. 26, n. 4, p. 717-724, out./dez., 2010.

TULESKI, S. C.; EIDT, N. M. Repensando os distúrbios de aprendizagem a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 12, n. 3, p. 531-540, set./dez., 2007.

VIGOTSKI, L. S. Interação entre aprendizado e desenvolvimento. In: *A formação social da mente*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991 [1935], p. 53-60.

Sobre los sistemas psicológicos. In: *Obras Escogidas*. Tomo I. Traducción: José María Bravo. 2. ed. Madrid: Visor Dis., S.A., colección Aprendizaje, 1997 [1930], p. 71-93.

*O método instrumental em Psicologia*. In: *Teoria e Método em Psicologia*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1930], p. 93-101.

## Sessão 13 – Texto 028

### Itinerância do MUDI e o contato com a comunidade

Área Temática: Educação

**Emily Ribeiro da Silva<sup>1</sup>, Mônica Oliveira Teles<sup>2</sup>, Ana Paula Vidotti<sup>3</sup>**

<sup>1</sup>Aluna do Curso de Enfermagem, bolsista PIBIX–UEM, contato: ribeiro18emily@gmail.com

<sup>2</sup>Aluna Do curso de Ciências Biológicas, bolsista PIBIS – UEM, contato: telesomonica@gmail.com

<sup>3</sup>Professora do Departamento de Ciências Morfológicas/Coordenadora do MUDI contato: apvidotti@gmail.com

**Resumo.** *O projeto Muditinerante visa promover a divulgação científica e tecnológica e aproximar a universidade da comunidade em geral, desfavorecida por não possuir condições de deslocamento até o Museu Dinâmico Interdisciplinar (MUDI) situado na Universidade Estadual de Maringá, ou mesmo por desconhecer a sua existência. Deste modo, realizar a extensão e a integração das produções científicas da comunidade acadêmica e a realidade vivenciada pela população de modo geral vem sendo o foco deste projeto nos desde seu surgimento. Neste ano de 2017 foram desenvolvidas 4 atividades itinerantes solicitadas pela comunidade externa e nos meses de setembro e novembro ocorrerão atividades nas cidades de Iguaraçu/PR e Foz do Iguaçu/PR, respectivamente, sendo que a de novembro envolve a participação do projeto itinerante na feira Internacional Ficiências que integra estudantes e professores do Ensino Fundamental, Médio e Superior de algumas cidades do Brasil, Paraguai e Argentina.*

**Palavras-chave:** *educação não-formal – interdisciplinaridade – itinerância*

## 1. INTRODUÇÃO

O Museu Dinâmico Interdisciplinar (MUDI) localizado no município de Maringá no estado do Paraná, iniciou suas atividades no ano de 1985 a partir do Centro Interdisciplinar de Ciências com objetivo de integrar academia à comunidade com um todo. Nos dias atuais o MUDI é o segundo maior museu de ciências da região Sul do Brasil, atingindo aproximadamente 180 mil pessoas por ano, por meio de palestras, exposições, minicursos, espetáculos teatrais e musicais, livros e artigos, mídias eletrônicas, programas de rádios, empréstimos de peças anatômicas, visitas agendadas, espontâneas e itinerâncias.

O MUDI busca levar a ciência produzida dentro da universidade para Educação Básica e a comunidade com linguagem não formal e interdisciplinaridade dos conteúdos, assim, diminuindo a distância existente entre a produção científica e a sociedade. Assim como afirma Valente, 2005 em:

“Os centros e museus de ciências são ambientes que têm como um de seus objetivos educar cientificamente a população, bem como complementar a educação formal. Essa educação se dá em função das atividades interativas, possuidora de características eminentemente lúdicas, ou seja, ao mesmo tempo em que informa, entretém.” (Valente et al., 2005: 198)

Segundo Hamburger (2001), a educação não formal não é capaz de atingir todos os públicos, pois geralmente a maioria dos museus de ciência pertencem às universidades, normalmente localizadas nas áreas metropolitanas. Dentre os métodos de aproximação à comunidade do MUDI está o Projeto Muditinerante: o museu vai a comunidade (Processo nº231/2005), facilitando o acesso das populações periféricas, ampliando horizontes e levando conhecimento científico de forma lúdica e atrativa, sendo uma oportunidade positiva de divulgação do conhecimento para instituições e municípios, que não tem condições de deslocar-se até a sede do MUDI em Maringá.

O Museu Itinerante é constituído por peças, experimentos e materiais duplicados do acervo preparado para o MUDI. A apresentação dos mesmos é realizada por mediadores em formação, acadêmicos bolsistas ou não da UEM, discentes ou mediadores voluntários da comunidade externa e servidores técnicos capacitados para a montagem e exposição do Muditinerante em eventos científico-culturais, escolas, praças e em espaços alternativos, que realizam a troca simultânea de saberes com a comunidade.

Além de proporcionar conhecimento a comunidade afastada, o projeto visa a capacitação dos discentes monitores das Universidades, a formação continuada de professores da área científica e na complementação do processo ensino-aprendizagem dos alunos de ensino fundamental, médio e superior de uma forma interdisciplinar das matérias, diferente do que é apresentado no ensino das escolas.

## **2.MATERIAIS E MÉTODOS**

A solicitação da atividade itinerante deve ser feita mediante agendamento prévio, após verificação da disponibilidade. Com a confirmação da mesma é estabelecido uma parceria entre o MUDI e os solicitantes, que ficam responsáveis por todos os trâmites, para que tudo ocorra de forma a agregar e atingir a comunidade, a qual o museu está expondo, passado este processo, é necessário todo um trabalho que envolve docentes, discentes bolsistas ou não, mediadores da comunidade externa e servidores técnicos, capacitados para preparação e exposição adequadas das peças, materiais e experimentos reservados para itinerância.

O museu conta também com a parceria entre o poder público municipal, núcleos regionais de educação, escolas e líderes de comunidade, Associação SER – Sociedade Eticamente Responsável, e dentro da UEM a Reitoria, Pró Reitoria de Extensão e Cultura e diversos departamentos.

Dentre outras vantagens da realização de itinerâncias está a popularização científica, que serve de medida de diminuição da desigualdade social, pois por meio da educação não formal aproxima o conhecimento científico, por despertar emoções facilitando o processo cognitivo.

São realizadas apresentações de química, atividades na experimentoteca de física, jogos matemáticos, exposição de animais taxidermizados, peças anatômicas relacionando-as com patologias, juntamente com o espaço segundo, discussões sobre doenças sexualmente transmissíveis e planejamento familiar, projeto tabagismo que aborda os malefícios do tabaco e narguilé, espaço de cultivo de bromélias e orquídeas, entre outros.

### **3.RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Neste ano de 2017 já foram realizadas 4 atividades itinerantes: Entre os dias 21 a 26 de junho teve exposição de vírus mortais no Colégio Adventista de Maringá, atingindo aproximadamente 500 pessoas. Ainda no mês de junho nos dia 30 e dias 1 e 2 de julho, exposição de crânios no evento Ciência na Praça, atingindo aproximadamente 2.000 pessoas.

Atividades Itinerantes foram desenvolvidas no município de Jardim Alegre(PR) nos dias 06, 07 e 08 de julho, coma apresentação de peças e experimentos sobre anatomia, química, física, zoologia e matemática. No dia 11 de agosto, foram emprestados materiais de evolução para ser apresentado no Colégio Antônio Francisco Lisboa em Sarandi, alcançando 120 pessoas. As peças anatômicas foram emprestadas para 24 escolas, num total de 154 peças e 3.885 pessoas atendidas.

Para os próximos meses novas itinerâncias serão desenvolvidas, algumas com data marcada para dia 04 de setembro para Iguaraçu e o Ficiências em Foz do Iguazu, feira que integra estudantes e professores do Ensino Fundamental, Médio e Superior do Paraná – Brasil; Alto Paraná, Canindeyu e Caaguazú– Paraguai; e a Província de Misiones – Argentina.

Durante as itinerâncias a comunidade e as escolas demonstraram interesse e entusiasmo curiosidade pelos assuntos apresentados, mostrando-se abertas a interações e troca de saberes, proporcionando a autonomia dos sujeitos que querem aprender e compreender os temas. Através da troca de experiências entre as diferentes formas de conhecimento é possível melhorar a qualidade de vida da comunidade usando a bagagem dos acervos dos museus. Um museu itinerante, segundo Federsoni et al., (2000), com conteúdo compacto e representativo daquilo que se quer expor pode ser uma ferramenta de extrema importância na educação não formal de uma determinada região ou comunidade.

Destafoma o projeto está concretizando seu objetivo que é divulgar os saberes científicos a comunidade como um todo, sem discriminação de classes e sim permitir que todos tenham acesso a uma educação não formal de qualidade e construtiva as suas vidas.

### **4.CONCLUSÃO**

As atividades do Muditinerantere representam mais que apenas divulgar o MUDI e ciência a todos, é ajudar no desenvolvimento de opiniões e conceitos sobre assuntos que não são todos que tem oportunidade de conhecer, é fazer uma conexão entre pesquisadores e a realidade. Portanto o projeto busca e buscará fazer a diferença dentro do meio científico.

### **REFERÊNCIAS**

VALENTE, M.E; Cazelli, S. e Alves F. (2005). *Museus, ciência e educação: novos desafios*. Rev.História, Ciência, Saúde-Manguinhos, 12 (supl.), 2005, p.183-203.

FEDERSONI Junior, P. A.; Vitiello, N.; Calixto, S.C.R.; Severino, R. “*Museu itinerante e seu papel como agente de educação ambiental*”. 2000. Disponível em: [www.biologico.sp.gov.br](http://www.biologico.sp.gov.br)Acesso em: 26/08/2017.

HAMBURGER, Ernest Wolfgang. *A popularização da ciência no Brasil*. In: CRESTANA, Silvério. (Coord.); HAMBURGER, Ernest Wolfgang; SILVA, Dilma de Melo; MASCARENHAS, Sérgio. (Orgs.) *Educação para a Ciência: curso para treinamento em Centros e Museus de Ciência*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2001.

## Sessão 13 – Texto 030

# Educação Social, Jogos e Brincadeiras e a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente da cidade de Ivaiporã-Pr: Ações do Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas do Vale do Ivaí-PR.

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

**Bruno I. Duarte<sup>1</sup>, Daise N. S. Neri<sup>2</sup>, Isys M. S. Kurtz<sup>3</sup>, Paula M. Natali<sup>4</sup>**

<sup>1</sup>Aluno do curso de Educação Física bolsista PIBIS – UEM, contato: brunoduarte@polaco@hotmail.com

<sup>2</sup>Aluna do curso de Educação Física bolsista PIBIS – UEM, contato: daisenatielen@outlook.com

<sup>3</sup>Aluna do curso de Educação Física bolsista PIBIS – UEM, contato: Isyskurtz2015@gmail.com

<sup>4</sup>Prof.<sup>a</sup> DEF do Campus Regional do Vale do Ivaí - UEM, contato: paulamnatali@gmail.com

***Resumo.** O trabalho trata de ações educativas fruto das intervenções realizadas no projeto de extensão “Brincadeiras com Meninas e Meninos do Vale do Ivaí-PR”. Neste texto relatamos a metodologia e princípios utilizados no projeto e os encaminhamentos para a rede de proteção a criança e adolescente na cidade de Ivaiporã-PR, a partir dos registros nos relatórios semanais dos educadores. Apontamos que nos relatórios semanais das atividades foi possível identificar ações que ocorrem em relação à violação de direitos contra adolescentes e crianças identificados especialmente a partir do desenvolvimento do diálogo vínculos entre educadores e educandos.*

***Palavras-chave:** Educação Social, Criança e Adolescente, Direitos Humanos.*

## INTRODUÇÃO:

O “Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas do Vale do Ivaí” tem como objetivo realizar intervenções com crianças e adolescentes com direitos violados por meio de atividades lúdicas. A ação educativa ocorre com jogos, brincadeiras e debates sobre os direitos das crianças e dos adolescentes realizados junto aos participantes do projeto com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), na Universidade Estadual de Maringá, no Campus Regional do Vale do Ivaí, na cidade de Ivaiporã-PR.

As atividades do projeto de extensão são organizadas em dois momentos, encontros entre a coordenação e o grupo de educadores/as (acadêmicos/as e comunidade externa) uma vez por semana, quando ocorre o momento de formação, nos encontros são realizados estudos coletivos relacionados à área da Educação Social, Jogos e Brincadeiras e Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes. As intervenções lúdicas com as crianças e adolescentes ocorrem em uma praça localizada no centro do bairro Vila Nova Porã, na cidade de Ivaiporã-PR, todas às terças feiras no final da tarde.

O projeto tem como princípios educativos nas suas ações lúdico-político-pedagógicas, o respeito, compromisso, inclusão, participação e o diálogo (MULLER E RODRIGUES, 2002, p.41) e estas categorias são desenvolvidas teoricamente e na ação educativa semanal. Neste trabalho iremos relatar sobre a atuação dos educadores/as em relação a violações de direitos sofridas pelas crianças e adolescentes e os encaminhamentos para a rede de proteção a criança e adolescente na cidade de Ivaiporã-

PR, este relato foi construído a partir dos registros semanais que os educadores do projeto realizam após suas intervenções no bairro.

## **DESENVOLVIMENTO:**

O Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas de/e nas Ruas de Ivaiporã/PR, foi constituído em 2014 a partir de uma extensão do “Projeto Brincadeiras de Maringá /PR”, com objetivos semelhantes: brincar de forma orientada com crianças e adolescentes com direitos violados. O projeto de extensão “Brincadeiras com meninos e meninas de/e nas ruas” iniciou suas atividades em 1997, e assim como o projeto que ocorre em Ivaiporã é um projeto de extensão vinculado ao Programa Multidisciplinar de Estudo, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente – PCA, com a parceria do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua-MNMMR e Associação de Educadores Sociais de Maringá AESMAR, na cidade de Maringá hoje o projeto ocorre no bairro Odwaldo Bueno Netto.

Na cidade de Ivaiporã a escolha do bairro que realizaríamos as intervenções do projeto, foi feita a partir de um mapeamento pelos bairros periféricos da cidade, realizado pelos acadêmicos participantes do Projeto Brincadeiras estes foram em busca de um bairro com situação de vulnerabilidade e que também fosse permitida a realização das brincadeiras em um local público que não oferecesse risco as crianças. Por meio deste mapeamento encontrou-se o Bairro Vila Nova Porã com diversas situações de vulnerabilidade e também com muitos casos de crianças que andavam pelas ruas sem a presença de responsáveis pelas mesmas e que havia apenas uma ATI (Academia da Terceira Idade) no centro do bairro no qual foi destruída, então decidiu-se que o projeto seria realizado naquele local (BRITO, 2016).

Através das ações do Projeto Brincadeiras, foi criado um forte vínculo não só com a população do bairro em que estamos inseridos, mas também no CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da criança e adolescente) e com o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), que reconheceu nossa inserção no bairro, e no grande número de crianças e adolescentes com problemas existentes lá. Com ela conseguimos uma abertura para que casos de violência com adolescentes sejam devidamente direcionados e que a solução seja perseguida, considerando todas as dificuldades encontradas nos encaminhamentos da área. Devido a esse vínculo também, pudemos encaminhar casos de auto-lesão que estavam ocorrendo com integrantes do projeto, como relatado por uma adolescente que contou uma história de que havia sido atingida por uma faca:

[...] eu perguntei se tinha acertado ela (a faca), ela disse que sim, então eu pedi para ver, era no braço, mas o braço dela estava todo cortado, então eu olhei para ela e ela me disse “professora eu sei que é errado, mas essa é a única maneira de me aliviar” [...]

Após longa conversa com a adolescente, ela nos relatou que tanto ela quanto a mãe dela sofriam agressões de seu pai, e que por conta disso, ela se cortava para aliviar o estresse e tristeza causado por estas vivências dentro de casa. Ao final da conversa, ela disse que não se cortaria mais, então a educadora disse que ela poderia se aliviar praticando algum esporte ou conversando com alguém, ao invés de praticar esse tipo de lesão em seu corpo, ela agradeceu por escuta-la e orienta-la. Posteriormente este caso foi relatado no grupo e em reunião foi decidido pelo encaminhamento e

acompanhamento pela equipe multiprofissional do CRAS da cidade.

Este relato ocorreu durante um dia de intervenção educativa, essa situação mediada pelo vínculo, escuta e posterior encaminhamento ocorre se temos princípios basilares na formação e atuação profissional educacional, como o diálogo, que segundo Muller e Rodrigues (2002) é como uma forma de expressão- comunicação seja brincando ou jogando, no qual precisa ser desenvolvida e explorada pelos educadores com jogos simbólicos, cooperativos. Neste, podemos constituir as brincadeiras e explorar os conhecimentos sobre seus direitos e deveres, podemos ouvir e discutir sobre assuntos importantes durante e fora da roda conversa. É importante nos comunicarmos com a rede de proteção e de garantia de direitos visando a aprendizagem dos educadores sociais em formação e pela proteção dos adolescentes e crianças com quem trabalhamos.

Outro princípio importante neste tipo de ação educativa é a relação de inserção comunitária, esta conta com a participação dos familiares, crianças, adolescentes e moradores do bairro em geral, com isso e com tempo adquirimos a confiança e o vínculo com a comunidade. A inserção comunitária “[...] pode permitir conhecer a comunidade e estabelecer as relações de vínculo das quais depende a qualidade e inserção desse conhecimento inerente ao trabalho educativo do educador social” (NATALI, 2016, pg.143).

O projeto tem também como objetivo sensibilizar e informar a sociedade a participar e lutar em defesa e direitos das crianças e adolescentes, esta ação é potencializada pelas relações que estabelecemos no município, pelas formações que o projeto oferece e no próprio convívio na comunidade que trabalhamos. Visamos que as crianças e adolescentes tenham a possibilidade de se desenvolver e de brincar de forma protegida, segura no local em que moram e nos espaços públicos da cidade.

Assim, como em um exemplo de nosso cotidiano educativo citado neste trabalho, o projeto busca participar e estabelecer relação o tempo todo no município com CRAS, CREAS, CMDCA, Conselho Tutelar, Grupo de trabalho de Saúde Mental do Adolescente, Promotoria da Infância e escolas visando participar e qualificar o debate e ação a respeito de garantia de direitos de crianças e adolescentes.

## **CONSIDERAÇÃO FINAIS:**

Este trabalho procura apresentar as ações educativas do Projeto de extensão universitária “Brincadeiras com meninas e meninos do Vale do Ivaí”, que acontecem em relação às diferentes áreas que as crianças e adolescentes do projeto estão inseridas e a relação com a rede de proteção municipal. No método de desenvolvimento de formação dos educadores evidenciamos que a ética e o compromisso são comportamentos e princípios essenciais. Estes princípios são elementos fundamentais e que dão suporte às ações educativas com as crianças, adolescentes, comunidade e educadores e também aos encaminhamentos e acompanhamento que devem ocorrer para rede de proteção da criança e do adolescente, no caso de violação de direitos.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo (SP): Governo de São Paulo; 1992.

BRITO, S.B. *Estratégias de abordagem e intervenção na Educação Social: no Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas de/e nas ruas na cidade de Ivaiporã-PR*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2016.

NATALI, P. M. *Formação profissional na Educação Social: subsídios a partir de experiências de educadores sociais latino americanos*. 2016. 243 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2016.

MÜLLER, V. R.; RODRIGUES, P. C. *Reflexões de quem navega na Educação Social: Uma viagem com crianças e adolescentes*. Maringá: Clichetec, 2002.

## Sessão 13 – Texto 152

### **Reflexões sobre a importância da triagem psicológica com sujeitos em conflito com a lei encaminhados para o Programa Patronato de Maringá**

**Área Temática: Direitos Humanos e Justiça**

**Marcos Leandro Klipan<sup>1</sup>, Ana Priscilla Vendramini<sup>2</sup>, Andressa Carolina Viana dos Santos<sup>3</sup>, Jenniffer Lucas<sup>4</sup>, Leonardo Tessarollo<sup>5</sup>, Mariane Gobbi<sup>6</sup>, Vivian Reis Liberato<sup>7</sup>**

<sup>1</sup>Prof.º Depto de Psicologia da Uem–DPI/UEM, contato:mklipan@gmail.com

<sup>2</sup>Graduanda do 5º ano do curso de Psicologia da UEM, contato: anaprivendramini@gmail.com

<sup>3</sup>Graduanda do 3º ano do curso de Psicologia da UEM, contato:andressacarol.vs@gmail.com

<sup>4</sup>Psicóloga do Programa Patronato Penitenciário de Maringá, contato:  
jennifer.lonkoski.lucas@gmail.com

<sup>5</sup>Graduando do 3º ano do curso de Psicologia da UEM, contato: leonardotessarollo@gmail.com

<sup>6</sup>Graduanda do 5º ano do curso de Psicologia da UEM, contato: mahh.gobbi@hotmail.com

<sup>7</sup>Graduanda do 4º ano do curso de Psicologia da UEM, contato: vivianliberato5@gmail.com

**Resumo.** *A equipe do Programa Patronato de Maringá se utiliza da Triagem Psicológica como forma de atendimento dos indivíduos encaminhados pelos juizados criminais para o cumprimento de pena por meio de medidas alternativas. Essa triagem busca, além de colher informações sobre as vivências dos atendidos, realizar um acolhimento de suas angústias e reinseri-los na sociedade a partir de encaminhamentos à rede básica de saúde.*

**Palavras-chave:** *acolhimento – psicologia – triagem psicológica.*

## **INTRODUÇÃO**

Uma das frentes de trabalho da equipe da Psicologia do Programa Patronato de Maringá se vincula as atribuições diretas do próprio Programa. Descrevemos dessa maneira para que o leitor entenda que as bases dessa atuação ligam-se tanto aos encaminhamentos para a rede pública de saúde e para outras instituições, quanto em práticas realizadas no próprio Patronato e que, portanto, são suas atribuições diretas.

Um desses procedimentos o qual se atribuí diretamente ao Programa são as triagens psicossociais, realizadas pelas equipes da Psicologia, Serviço Social e Pedagogia. Para a área da Psicologia, esse procedimento possibilita tanto o levantamento de informações das vivências dos assistidos, quanto as habilidades e outras especificidades que auxiliam encaminhamentos a rede pública de saúde.

Gonzaga et al. (2006 apud CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 2007) faz no próximo trecho apontamentos sobre a triagem psicossocial a partir de sua experiência no Programa Pró-Egresso:

(...) é através da triagem psicossocial que se torna possível a coleta de dados referentes à vida do indivíduo que vai cumprir a pena, para que se tenha uma visão da estrutura de sua personalidade, de modo que sua atitude venha a coadunar com o